



**CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PE. MARCOS PASSERINI**

**PROJETO OBSERVATÓRIO CRIANÇA: UM OLHAR
SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL VOLTADA A
ADOLESCENTES ENVOLVIDOS COM ATO
INFRACIONAL**

**APOIO: FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS
São Luís – Maranhão
2011**



**CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PE. MARCOS PASSERINI**

**PROJETO OBSERVATÓRIO CRIANÇA: UM OLHAR SOBRE A
POLÍTICA EDUCACIONAL VOLTADA A ADOLESCENTES
ENVOLVIDOS COM ATO INFRACIONAL**

APOIO: FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS
São Luís – Maranhão
2011



Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Pe. Marcos Passerini

Rua 7 de Setembro, 208 - Centro – 65010-120

São Luís - Maranhão - Brasil

+ 55 98 3231 1445

+ 55 98 3232 8245

<http://www.cdmp.org.br>

Email: cdmpslz@gmail.com.br

Conselho de Associados

Maria Eliane Feitosa Rêgo - Presidente

Maria Raimunda Araújo de Oliveira - Secretária de Finanças

Maria do Amparo Monteiro Melo Seibel - Secretária Geral

Coordenadora da Equipe Técnica

Maria Ribeiro da Conceição

Equipe técnica do projeto

Nelma Pereira da Silva - Pesquisadora

Elisângela Correia Cardoso – Auxiliar de Pesquisa

Revisão

Silvana dos Reis Gonçalves de Araújo e Silva

Apoio

Fundo Brasil de Direitos Humanos

Ano

2011

Número de Exemplares

1.500

ADOLESCÊNCIA

Tantas mudanças ocorrem,
quantas coisas acontecem,
parece tudo novo,
tudo diferente,
que tudo fica surpreendente.

E nos achamos tão independentes,
que até pensamos,
que somos adultos,
mas só falamos do presente!

Temos nossos amores
e desamores,
pensamos na pessoa especial,
como se não houvesse mais ninguém,
mas tudo é confidencial.

Queremos com os amigos sair,
e na casa deles, ir e dormir.
Queremos conversar e falar,
apenas conversar com outro adolescente
que sabe o que você está a passar...

Priscila Renault, 14 anos
(<http://br.answers.yahoo.com>) (23/05/2009)

Agradecemos a todas as instituições e pessoas que tornaram esta pesquisa possível:

Ao Fundo Brasil de Direitos Humanos que apostou no Centro de Defesa e no projeto proposto;

À FUNAC e respectivas Unidades de Atendimento Socioeducativo;

À Secretaria Estadual de Educação e respectivas Superintendências;

Ao Centro de Ensino Sete de Setembro e ao Centro da Juventude Canaã pela socialização de suas experiências;

A todos os/as profissionais que responderam à pesquisa;

A todos os/as adolescentes que participaram dos grupos focais;

À Assembléia Legislativa que sediou o Seminário Final;

Aos Conselhos Estaduais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente que palestraram no Seminário Final;

A Silvana Reis pela colaboração na coleta de dados junto ao Judiciário;

Ao professor Joseilton Melônio Costa que gentilmente nos concedeu o registro fotográfico do seminário Final.

Sumário

p.

1. INTRODUÇÃO	07
2. CONCEPÇÕES E DEFINIÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA INTERVENÇÃO	
SOCIOEDUCATIVA NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	09
2.1 Bases legais da escolarização	09
2.1.1 ECA	09
2.1.2 LDB	09
2.1.3 SINASE	09
2.1.4 Plano Estadual de Atendimento socioeducativo	10
2.2 Condições físicas e estruturais	10
2.3 Projeto Político Pedagógico da Educação	11
2.3.1 EJA	12
2.4 Projeto Político Pedagógico da Assistência Social	13
2.4.1 Plano Individual de Atendimento	13
3. A DIMENSÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO	15
4. A DIMENSÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DAS UNIDADES	24
5. AS UNIDADES E A ESCOLARIZAÇÃO NA VISÃO DOS ADOLESCENTES	31
6. RELAÇÃO INSTITUCIONAL - ESCOLA X UNIDADES	36
7. CENÁRIO DE CONQUISTAS E DESAFIOS	39
ANEXOS	43

1. INTRODUÇÃO

Esta proposta de estudo sobre a escolarização de adolescentes privados de liberdade surgiu em decorrência das constantes denúncias de violência institucional ocorridas no interior das unidades de atendimento socioeducativo no Estado do Maranhão. Tais denúncias dizem respeito a agressões físicas e verbais, homicídios, suicídios e a falta de atividades educacionais, profissionalizantes, culturais, esportivas, lazer, entre outras.

Esses fatos suscitaram no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini (CDMP) a necessidade de avaliar as condições educacionais dispensadas a esses adolescentes, haja vista ser um direito assegurado Constituição Federal Brasileira há mais de duas décadas e sua efetivação está sendo questionada diuturnamente pela imprensa, pelos movimentos sociais e familiares.

Desta forma, foram, então, pesquisadas as instâncias da assistência social e da educação, sendo: na cidade de São Luís as três unidades privativas de liberdade (a unidade feminina que funciona ao mesmo tempo como provisória e de internação, a semiliberdade masculina e a provisória masculina) e, em São José de Ribamar, a internação masculina. No campo da educação a pesquisa envolveu a Secretaria Estadual de Educação e o Centro de Ensino Sete de Setembro, sediado no bairro da Maiobinha, no município de São José de Ribamar, única escola que atende a todas as unidades de socioeducação na ilha de São Luís, enquanto ensino *in loco*.

Os entrevistados foram definidos conforme suas funções dentro de cada instituição. Deste modo, foram ouvidos: diretores, professores, coordenadores pedagógicos, pedagogos psicólogos¹.

Com relação aos adolescentes, foi definida uma amostragem mínima de 30% em cada unidade, com exceção da internação feminina, onde foram ouvidas 100% das internas, haja vista serem apenas quatro (04) internas. Os/as adolescentes entrevistados foram escolhidos a partir do critério de aceitação destes ao convite feito previamente pelos técnicos da unidade; somente no Centro da Juventude Esperança os adolescentes foram definidos pelos monitores, sob a alegação de que seria uma palestra ao invés de uma pesquisa, mas no momento do encontro lhes foi esclarecido o verdadeiro objetivo da atividade.

Foram utilizadas três metodologias de pesquisa. Análise documental, entrevista semi-estruturada com os técnicos e grupo focal² com os adolescentes. Assim o universo pesquisado em cada instância foi de:

Secretaria Estadual de Educação – 02 técnicos em educação.

Centro de Ensino Sete de Setembro – 20 pessoas, sendo: a diretora, a coordenadora pedagógica, 16 professores/as.

¹ Na internação masculina além desses profissionais também foi entrevistada a assistente social.

² Esta metodologia consiste na formação de um grupo específico e através de um roteiro prévio são lançadas perguntas aos presentes que respondem espontaneamente, onde um pode complementar o outro, confirmar ou divergir da opinião do outro. Quando uma pergunta é esgotada passa-se para a próxima obedecendo-se os mesmos critérios de debate.

Centro da Juventude Florescer (Unidade de Internação Feminina) – diretora, 02 pedagogas e 01 psicóloga.

Centro da Juventude Canaã (Internação Provisória Masculina) – diretora, coordenadora pedagógica e o psicólogo.

Centro da Juventude Esperança (Internação Masculina) – diretora, coordenadora pedagógica, 2 pedagogas, 02 psicólogos e 01 assistente Social.

Centro da Juventude Nova Jerusalém (Semiliberdade Feminina) – diretor, coordenadora pedagógica e 02 psicólogas.

Adolescentes – 34 adolescentes, sendo 04 do sexo feminino e 30 do sexo masculino (12 do CJC, 12 do CJE e 06 do CJNJ).

O levantamento da documentação consistiu na identificação de: princípios norteadores da política de atendimento socioeducativo, embasamentos legais e teórico-metodológicos, planejamentos, planos de ações, propostas político-pedagógicas, plano individual de atendimento, relatórios, documentos escolares, entre outros.

Com base nesses procedimentos os dados foram tabulados, sistematizados e analisados, ora apresentados neste documento. Esperamos que seja útil e favorecedor de novas e grandes práticas na intervenção socioeducativas!

2. CONCEPÇÕES E DEFINIÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

2.1 Bases legais da escolarização

2.1.1 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

De acordo com o ECA, Lei Federal 8.069/90, a escolarização é um direito, e como tal, está assegurado nos artigos 94, X e XI, que diz: é obrigatória a escolarização e profissionalização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, bem como as atividades culturais, esportivas e de lazer, por entidades que desenvolvem programas de internação; art. 112, onde assegura que, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, entre outras medidas, a internação em estabelecimento educacional; artigo 120, § 1º, o qual estabelece a obrigatoriedade de escolarização e profissionalização, devendo, sempre que possível, serem utilizados os recursos existentes na comunidade, na modalidade de regime de semiliberdade e por fim, o art. 124, que determina a escolarização e profissionalização, assim como as atividades culturais, esportivas e de lazer como direitos do adolescente privado de liberdade.

2.1.2 Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

A Lei nº 9.394/ 96, LDB, não especifica em nenhum de seus artigos a oferta de ensino para os assistidos do sistema socioeducativo, nem para os presos do sistema prisional. A LDB trata da política de educação pelos níveis de escolaridade, e não pela ótica da proteção aos direitos fundamentais dos diversos segmentos da população brasileira. Embora o Ministério da Educação tenha, atualmente, desenvolvido algumas metodologias específicas, a exemplo da educação de jovens e adultos, ainda não se debruçou para responder às demandas de caráter específico, como no caso das pessoas privadas de liberdade.

O levantamento de dados documentais feito por esta pesquisa encontrou apenas a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, editada pelo MEC conjuntamente com o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica.

2.1.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

O SINASE estabelece as competências e as responsabilidades das três esferas de governo, bem como de cada uma de suas pastas concernentes à execução das políticas públicas direcionadas ao atendimento aos adolescentes, porém não aprofunda as especificidades de cada uma dessas atuações, nem tampouco adentra as dimensões metodológicas desse atendimento, ficando, portanto, significativa lacuna para ser trabalhada pelos conselhos, ministérios e secretarias respectivas, com a responsabilidade de desenvolverem e implantarem suas propostas. Só que isso não

tem ocorrido. Deste modo, as diretrizes têm ficado apenas no papel e pouca coisa tem se alterado na práxis, muito menos na destinação de recursos financeiros para tal fim.

2.1.4 Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo

O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo foi elaborado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, CEDCA (MA), em seminários estaduais com representação dos municípios maranhenses e representações de diversos órgãos estaduais, em uma aglutinação de esforços na definição da política de atendimento socioeducativo. A primeira proposta é anterior ao SINASE, mas já foi reformulada seguindo os parâmetros nacionais daquele sistema. Sua estratégia está centrada no controle social, na responsabilização e defesa institucional e na promoção de políticas públicas básicas. Dentro deste último eixo foram elencadas 16 ações que visam à melhoria do atendimento aos adolescentes, contudo, nenhuma se refere especifica ou explicitamente à responsabilidade da educação e da assistência de promover o desenvolvimento educacional dos mesmos.

Assim, vê-se, portanto, a lacuna deixada pelo próprio Conselho sobre esse aspecto, motivo pelo qual se faz necessário a retomada urgente da redefinição do referido Plano para atender o direito precípua exigido pelo ECA.

2.2 Condições físicas e estruturais

As estruturas físicas das unidades são antigas e não foram adaptadas às exigências do ECA, tampouco do SINASE que foi criado com a finalidade de definir os parâmetros arquitetônicos e pedagógicos das instalações dos prédios utilizados para fazer atendimento socioeducativo.

Todas as unidades maranhenses estão com estruturas muito precárias, inadequadas e insuficientes para a dimensão do trabalho realizado, com prejuízo nas ações de esporte e lazer por falta de beneficiamento dos espaços para esse fim. Apenas a unidade de internação provisória masculina, Centro da Juventude Canaã, tem laboratório de informática que funciona dentro da biblioteca.

Os alojamentos são coletivos com camas de cimento e colchões, os quais no período da pesquisa, estavam em condições impróprias pra uso. Os banheiros apresentavam infiltrações, vazamentos e alguns sem ventilação. A unidade que apresenta o maior espaço físico com projeção para atividades diversas é a unidade de internação masculina-CJE. Porém, não há uso coerente desses espaços, e eles nem sempre são disponibilizados para os adolescentes, pois estes passam a maior parte do tempo dentro dos alojamentos, ao invés de estarem nas atividades sociopedagógicas.

As condições de trabalho dos profissionais também são precárias - faltam salas de aula adequadas, faltam salas apropriadas para os técnicos fazerem atendimento e recursos materiais específicos para o trabalho. Muitas atividades são feitas em espaços improvisados porque não há instalação para os mesmos, ou não existem meios que permitam uma atuação sistemática.

Outro ponto que merece destaque nesta análise diz respeito aos recursos humanos. A maioria dos profissionais é contratada e os contratos de trabalho são sub-remunerados, inadequados. Além disso, nem todos os contratados têm perfil para o trabalho com esses adolescentes. Ademais, o quantitativo de técnicos é muito pequeno para a demanda de trabalho, seja da área da assistência, seja da área da educação.

2.3 Projeto Político Pedagógico da Educação

No âmbito da responsabilidade institucional da política de educação a respeito da oferta de ensino para adolescentes privados de liberdade identificou-se que a proposta político pedagógica está sendo desenvolvida quase que exclusivamente pelo Centro de Ensino Sete de Setembro, fruto da ousadia e esforço da direção escolar e de alguns professores. Não há indícios de ressonância desse compromisso por parte da Secretaria Estadual de Educação. Inexiste um direcionamento formal quanto à proposta pedagógica, já que a EJA, segundo opinião da maioria dos entrevistados, não dá conta do que é exigido pelo público, e sequer há alguém de referência dentro da política de educação.

Desta forma, afirma-se haver uma ação isolada da Escola, que por esforço próprio, vem garantindo esta política sem contar com material, recursos humanos ou verba suplementar para a ação diferenciada aos anexos escolares.

De acordo com o histórico do Centro de Ensino Sete de Setembro, no ano de 2002, foi iniciado o ensino formal no Centro de Internação Masculina, após a SEDUC ter mandado um bilhete manuscrito para a diretora realizar a matrícula dos alunos. Em 2003, essa proposta foi ampliada para a internação provisória masculina e em seguida, para a internação feminina. Somente em 2008 foi implantado o reforço escolar na semiliberdade masculina, e mais tarde, em 2010, a oferta de ensino regular.

A metodologia de trabalho que atualmente o Centro de Ensino Sete de Setembro desenvolve junto aos adolescentes privados de liberdade é a da Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando a defasagem idade-série que o público apresenta em todas as unidades. No entanto, foi detectado na pesquisa que os professores não recebem qualificação prévia para atuar nas unidades, razão pela qual muitos desistem ao tomarem conhecimento da proposta de trabalho. Além disso, eles nem sempre reúnem perfil ou conhecimento de causa para lidar com adolescentes em conflito com a lei. Tal fato tem gerado alguns contratemplos na proposta de ensino apresentando comprometimento no desempenho dos alunos.

Outro fator de notória preocupação é a insuficiência de professores para assumir todas as disciplinas, e, além do mais, a maioria trabalha por contratos temporários, o que significa mudanças freqüentes e dificuldades para formar quadros qualificados para a política educacional.

2.3.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos tem por objetivo promover a alfabetização, inclusão social e a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade apropriada, proporcionar condições para que essa parte da população construa sua cidadania e possa ter acesso à qualificação profissional, com vista a aumentar as taxas de escolarização.

Dessa forma, de acordo com o Conselho Nacional de Educação a modalidade de educação, EJA, desempenha três funções essenciais:

“Função Reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, porém não podemos confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adulto.

Função Equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Função Qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

A criação da EJA se deu pelo Parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000 - ambos do Conselho Nacional de Educação, instrumentos que apresentam o novo paradigma da EJA e sugerem extinguir o uso da expressão “supletivo”, bem como: restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e contextualizar currículos e metodologias, obedecendo aos princípios da Proporção, Equidade e Diferença; definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

No âmbito do Estado do Maranhão, a Secretaria de Educação editou e publicou a proposta curricular que deve ser seguida pelas escolas e professores que trabalham com essa metodologia. Para os alunos é disponibilizado livro didático tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, que são usados em sala de aula.

De acordo com a Diretora do Centro de Ensino Sete de Setembro este material é adotado pela escola e cada unidade já o recebeu para o trabalho com os adolescentes privados de liberdade.

Além disso, segundo as diretrizes dessa metodologia o professor deve implementar seu trabalho com os materiais que considerar adequados para suas disciplinas e para aproximar os estudos da realidade de cada aluno.

A Escola tem uma proposta político-pedagógica definida de forma geral. Não há ainda uma proposta especialmente direcionada aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

2.4 Projeto Político Pedagógico da Assistência

A Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) é uma instituição especializada para o atendimento socioeducativo, vinculada administrativamente à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, mas se constitui em uma autarquia com gestão autônoma. Desse modo, desde a sua criação, em 1993³, tem sofrido inúmeras mudanças de gestores, principalmente nos últimos dez anos. Mediante este quadro a proposta político pedagógica tem acontecido a partir da tônica de cada Gestor.

Durante o mencionado período, segundo a fala das pessoas entrevistadas, as administrações que melhor investiram na definição e execução da proposta político-pedagógica (PPP), foram a da professora Claudeth Ribeiro e da pedagoga Elisângela Cardoso. Sendo esta última a proposta em vigor que todas as unidades estão seguindo e desenvolvendo seus planos de ação até a presente data.

Em termos documentais, a concepção, assim como da elaboração coletiva a PPP da FUNAC está bem definida. Contudo, a sua implantação e execução não condiz com a prática de todas as unidades. Na pesquisa, identificou-se que no Centro da Juventude Canaã e o Centro da Juventude Florescer, a práxis pedagógica é efetiva. No Centro da Juventude Nova Jerusalém e no Centro da Juventude Esperança, a rotina preponderante observada e identificada pelos entrevistados ainda consiste em ações improvisadas ou na ociosidade dos adolescentes.

Quanto aos registros através de relatórios, a maioria das unidades tem uma prática de documentar as ações realizadas. Apenas o CJE apresentou deficiência neste item. Não possui um sistema de arquivo de registros e por isso não foi possível tomarmos conhecimento acerca dos conteúdos de relatórios e nem da forma como são produzidos.

2.4.1 Plano Individual de Atendimento

De acordo com o SINASE o Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se em uma importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do

³ Até então essa política era denominada de FEBEM. Sua criação significou o reordenamento institucional do antigo código de menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente.

adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. A elaboração do PIA inicia-se na acolhida do adolescente pelo programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família, nas áreas:

- a) Jurídica: análise da situação processual pessoal;
- b) Psicológica: análise afetiva-sexual, com enfoque para as dificuldades, necessidades, potencialidades, avanços e retrocessos de cada adolescente;
- c) Social: análise sobre as relações sociais, familiares e comunitárias e sobre os aspectos objetores e facilitadores da inclusão social; assim como as necessidades, avanços e retrocessos nessa seara.
- d) Saúde: análise acerca dos aspectos físicos e mentais dos internos;
- e) Pedagógica: estabelecem-se metas relativas à escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, oficinas e “autocuidado”. Enfoca os interesses, potencialidades, dificuldades, necessidades, avanços e retrocessos. Registra as alterações (melhorias e defasagens) que orientarão na pactuação de novas metas.

Ainda de acordo com o SINASE, a evolução ou crescimento pessoal e social do adolescente deve ser acompanhado diuturnamente, no intuito de fazê-lo compreender “onde está e aonde quer chegar” e todos esses registros deve constar no PIA.

Embora essa proposta já tenha sido debatida e seja alvo das formações voltadas para o atendimento socioeducativo; não identificamos esta prática junto às unidades. São feitas fichas de entrada dos adolescentes, entrevistas e diagnósticos, mas não se constitui ainda uma rotina de acompanhamento considerando cada adolescente, sua história e seu projeto individual de intervenção sociopedagógica.

3. A DIMENSÃO ESCOLAR NA MSE SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO

Reconhecimento do nível de conhecimento trazido pelo adolescente

Na visão das pessoas da Secretaria de Estado da Educação, muitos dos adolescentes são analfabetos, tiveram uma trajetória prejudicada pela reprovação, evasão escolar, drogadição e inserção no mundo do crime. Para os professores, o diagnóstico é também semelhante. Todos expressaram que a maioria dos adolescentes tem uma escolarização muito baixa e estão fora da escola há muito tempo. Contudo, alguns depoimentos dão a dimensão de outros aspectos da vida desses adolescentes reconhecendo que, apesar da baixa escolarização, eles trazem muitas experiências ricas.

Em depoimento, uma professora declarou: “eu aprendi muito, antes a gente só julgava. Entrei com medo, hoje quero me apresentar nesta experiência”. Todo o currículo do aluno deve ser valorizado, muito embora seja necessário enriquecê-lo na perspectiva dos aspectos positivos. Os alunos do ensino médio têm planos, quase sempre estão na escola, se preocupam com o futuro e pensam na família; outros estão sem objetivos positivos. A bagagem é pouca, eles vêm de rodas de amigos ou de convivências com poucos aprendizados (escolar).

Os professores reconhecem que os adolescentes não são vazios, tem muitas potencialidades, de modo geral trazem uma bagagem que não é valorizada na escola formal, essa bagagem é fragmentada de acordo com a sua realidade.

Forma de inserção dos adolescentes no Centro de Ensino Sete de Setembro

A respeito da inserção dos adolescentes na escola, uma das entrevistadas da SEDUC admitiu não ter informação sobre essa questão, a outra relatou que a inserção se dá através de uma matrícula normal, não havendo nenhuma diferenciação de qualquer outro aluno e que os professores não tomam conhecimento do ato infracional do adolescente.

Para as pessoas entrevistadas do Centro de Ensino Sete de Setembro, a matrícula acontece na forma natural, pois a proposta da escola é incluir, respeitando a condição dos adolescentes e dentro dos trâmites legais de uma escola, pois primeiramente eles são entrevistados e através da avaliação diagnóstica, são inseridos nas salas correspondentes. Muitos adolescentes chegam sem documentação, eles dizem que estão em uma série e quando da avaliação diagnóstica identifica-se que a série é outra.

A diretora relatou que a inserção é feita mediante orientação e direcionamento da FUNAC através de cada unidade. Após a inserção, há uma boa integração desses adolescentes com a escola, tanto com os professores, quanto com os demais alunos.

Um professor ressaltou que o adolescente é inserido na instituição escolar pelo comportamento disciplinado. Os que estão no regime de contenção⁴ não participam da escolarização. Por fim, em uma escala bem menor, poucos professores admitiram desconhecimento sobre esse processo de ensino.

Método de ensino adotado pela Educação no trabalho com os/as adolescentes privados de liberdade

A proposta utilizada é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferecida pela rede Estadual de Ensino aos moldes padrões sem nenhuma especificidade de atendimento para os adolescentes privados de liberdade. No entanto, alguns professores acrescentaram que se embasam na pedagogia “*freiriana*”⁵ e de projetos com vistas a garantir o direito de resgatar sua cidadania, outros dizem que essa metodologia é fraca e não a utilizam, trabalham como se fosse no ensino regular, pois o livro da EJA não permite aprofundar o estudo.

Para a direção e alguns professores, a escola não possui um método. O que a escola faz é colocar à disposição dos professores o livro didático direcionado a Educação de Jovens e adultos devido aos adolescentes terem alta distorção no que diz respeito a idade-série.

Um destaque feito por um professor foi que além da sala de aula, enquanto recurso, os alunos participam da informática, laboratório e sala de artes.

A SEDUC ressalta a necessidade de haver um técnico para fazer o acompanhamento mais de perto, haja vista a especificidade dos alunos.

Proposta político-pedagógica direcionada para os adolescentes privados de liberdade

No âmbito da SEDUC, foi dito que não existe nenhuma proposta específica para os adolescentes privados de liberdade. Na gestão de Elisângela Cardoso, janeiro de 2007 a abril de 2009 na presidência da FUNAC, existiu um sonho da equipe de elaborar o perfil dos professores e a proposta de formação para os mesmos. O trabalho foi iniciado, mas tudo ficou paralisado com a mudança de gestão tanto na educação, quanto na FUNAC.

Na esfera do Centro de Ensino Sete de Setembro, as opiniões foram divergentes entre os entrevistados. Para uns existe a efetivação de uma proposta político-pedagógica; outros dizem desconhecer-la, entretanto a maioria admite não existir, citando que não há reuniões, nem planejamentos ou supervisões com esta finalidade.

A direção da escola, por sua vez, destaca que existe uma proposta geral em que os alunos das unidades da FUNAC estão inseridos, mas não foi construída com a

⁴ A contenção é punir o adolescente que descumpriu regras da internação. Eles são colocados em uma cela de forma isolados por até 21 dias, de acordo com cada unidade.

⁵ Método de educação popular proposto e desenvolvido pelo educador Paulo Freire.

participação das duas políticas: educação e assistência. Além disso, não há uma interação desse projeto com as Unidades.

Um ponto destacado pelos entrevistados é que, embora a escola não possua uma proposta pedagógica direcionada e conjunta com as Unidades, permanece o compromisso e esforço tanto da direção quanto de alguns professores nesse sentido.

Entre as vinte pessoas entrevistadas, apenas um professor informou que o Centro de Ensino Sete de Setembro tem uma proposta pedagógica e prepara os professores para desenvolver esse trabalho. Esta resposta destoou inclusive da fala da diretora da escola.

Grau de aprendizagem dos alunos

Com relação à SEDUC, verificou-se que as respostas foram de desconhecimento acerca da aprendizagem e/ou rendimento desses alunos. Já para os entrevistados da escola, os depoimentos afirmam que nas unidades onde as aulas são sistemáticas há aumento de interesse dos alunos e as avaliações comprovam bons rendimentos. Porém, a grande maioria observa que o processo é mais lento do que na escola normal, posto que muitos adolescentes apresentam dificuldade de leitura, o que exige mais paciência e tolerância por parte do professor.

Há um destaque para as adolescentes internas do Centro da Juventude Florescer, pois segundo os professores, elas apresentam melhor ritmo de estudo e consequentemente melhor aprendizagem. Cada unidade de internação tem uma realidade: no CJC (Centro da Juventude Canaã), exemplo dado pelos professores entrevistados, só acontece realmente o processo de apreensão de conhecimento quando são trabalhados os conteúdos voltados para a realidade, para prática do dia-a-dia do adolescente.

Outro ponto avaliado é com relação ao conteúdo transmitido aos alunos, que às vezes está além da capacidade intelectual que eles possuem. Em geral, os alunos encontram-se fora da escola já há algum tempo, por isso seria essencial fazer-se primeiramente um trabalho de base.

Déficit de aprendizagem ou de atenção por parte dos alunos

De forma unânime, os entrevistados registraram a existência de mais de 90% dos adolescentes com algum problema de aprendizagem, a exemplo de ausência de retenção do conhecimento; falta de atenção dirigida, ansiedade, problemas de vista, dificuldade de memorização, hiperatividade, baixa estima, déficit de atenção, dificuldade de raciocínio lógico, problemas neurológicos. Tais sintomas são, geralmente, associados ao uso freqüente e prolongado de drogas, que chega a atingir mais de 90% dos adolescentes. Além disso, foi citada ainda a própria condição de privação de liberdade, a qual contribui também para o baixo nível de aprendizagem.

A Secretaria de Estado da Educação demonstrou desconhecer os dados que refletem esse déficit de aprendizagem nas unidades, assim como não fez qualquer tipo de intervenção positiva nesse sentido tanto sobre a escola quanto sobre a FUNAC.

A escola, por sua vez, implantou uma “sala de apoio”, ou seja, sala de recursos pedagógicos destinados a treinar o desempenho educacional do aluno e que atende essas demandas, porém não beneficia os adolescentes da FUNAC, porque tal sala fica na sede da escola Sete de Setembro. Houve ainda uma tentativa de incluir os adolescentes do CJE, mas funcionou apenas por alguns meses, tendo interrupção por decisão da direção da referida unidade. De acordo com os professores entrevistados, a FUNAC encaminha alguns desses casos para atendimento médico, CAPS, faz palestras e acompanhamento psicológico ou então para assistência social.

Nível de debate e atuação da política de educação junto aos adolescentes privados de liberdade

Tanto a SEDUC quanto a Escola expressaram que não há discussão efetiva no âmbito da política de educação a respeito da escolarização dos adolescentes privados de liberdade. As pessoas entrevistadas da área de educação expressaram ainda suas preocupações sobre a formação dos professores, já que estes não possuem capacitação especializada no atendimento aos adolescentes do sistema socioeducativo.

Atualmente, porém, está se formando timidamente um grupo que se propõe a discutir o EJA no âmbito da SEDUC, além disso, essa temática não vem sendo tratada na academia e não há investimento público na Educação de Jovens e adultos. Em entrevista, foi dito também o seguinte: “se nas escolas ditas “normais” existem dificuldades imagina nas unidades privativas de liberdade”.

No período de implantação do ensino voltado para os adolescentes privados de liberdade no Centro de Ensino Sete de Setembro, a comunidade do entorno reagiu em razão do preconceito contra os adolescentes autores de atos infracionais, mas a partir de um trabalho de conscientização, a população passou a apoiar o funcionamento da escola.

Um fato destacado pelos entrevistados e que corrobora com essa questão é que a maioria dos professores enviada pela SEDUC para a escola não aceita trabalhar com esse público e desiste. Eles ficam sabendo do trabalho apenas quando chegam à escola, não há uma sensibilização, nem uma preparação prévia.

Apenas duas professoras entrevistadas relataram que de fato existe uma política de educação para adolescentes privados de liberdade, que há debates em reuniões, fóruns e seminários, só falta ser colocada em prática. Esta opinião, contudo, destoa de todos os demais entrevistados que afirmam categoricamente a completa omissão da SEDUC nessa seara, bem como de todo o Estado.

Quem determina a proposta de educação para os adolescentes – a SEDUC ou o Centro de Ensino Sete de Setembro?

Para o Centro de Ensino Sete de Setembro, a proposta de educação é trabalhada em consonância com a política educacional do Estado, tendo sido reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação nas modalidades de ensino fundamental e médio. A especificidade de trabalho com adolescentes privados de liberdade foi incorporada pelo Centro de Ensino, em 2003, quando a Secretaria Estadual de Educação encaminhou "um bilhete manuscrito" pedindo para a diretora matricular os adolescentes do Centro da Juventude Esperança, haja vista ser a escola mais próxima da referida unidade. Posteriormente a parceria foi sendo expandida para as demais unidades, constituindo-se um esforço e um compromisso da escola e muitas vezes um esforço próprio de cada professor, de acordo com a maioria dos entrevistados desta pesquisa. Apenas a direção da escola relatou que eles são apoiados pela SEDUC através dos setores da Unidade Regional de Educação (URE), Currículo e EJA. A própria Secretaria admitiu ter estado distante da dinâmica da escola nesta proposta em específico.

Grau de satisfação e a segurança dos professores na prática de ensino com os adolescentes privados de liberdade

Com relação a esta questão as respostas foram bastante pessoais. Cada pessoa retratou o seu sentimento a partir da sua visão do que é segurança e do que é satisfação. Alguns relataram se sentir mais seguros e satisfeitos com o trabalho junto às adolescentes, porque estas apresentam menos agressividade. Outros se sentem mais seguros e satisfeitos no Centro da Juventude Canaã devido ao grau de organização e disciplina no local. Ninguém citou nada com relação à semiliberdade e a maioria disse que se sente insegura no Centro da Juventude Esperança, porque é tudo no improviso, há muita ociosidade dos adolescentes.

Um destaque importante feito pelos entrevistados é a falta de valorização do seu trabalho, posto serem mal remunerados e sequer recebem o benefício de risco de vida, a exemplo de outras instituições que trabalham com agentes de ações ilícitas e violentas.

Além disso, os professores ressaltam sua insatisfação frente às condições físicas inadequadas das salas de aula como a falta de reparos, pouca higiene, principalmente no CJE e na semiliberdade.

Vale ressaltar que os entrevistados não relataram nenhuma situação de violência ou agressividade por parte dos adolescentes em nenhuma das unidades.

Grau de credibilidade dos profissionais da educação sobre a proposta educacional

As pessoas entrevistadas da SEDUC afirmaram que acreditam na educação como algo que vai contribuir na reinserção desses adolescentes. Sendo, para tanto, necessário um trabalho articulado, planejado conjuntamente entre a SEDUC e a FUNAC.

Cerca de 80% dos entrevistados da escola diz acreditar na proposta de educação e que a mudança de vida dos adolescentes se dá através da educação, através dos valores, mas que os professores precisam ser melhor preparados, pois têm consciência que ainda não estão atingindo o percentual de sucesso satisfatório.

Muitos adolescentes quando chegam não sabem ler, escrever e conviver com as outras pessoas, hoje são profissionais. Nesse sentido, os entrevistados ressaltam que o papel da educação é contribuir para que eles sejam pessoas incluídas na sociedade. Desejam que os adolescentes saiam das unidades e se insiram socialmente de forma positiva, quebrando as barreiras sociais.

Alguns entrevistados acham também que 50% não vão mudar por causa do isolamento, da contenção, falta de acompanhamento, conflitos entre adolescente e monitores e ociosidade. Uma professora até citou que o profissional que não acredita no que faz tem que sair e procurar outra profissão. Muitos adolescentes, diz ela, conseguiram achar o seu caminho como Marcos Moura e outros, com histórias de sucesso como Adeilde, Zezinho, que atualmente vende banana na sua cidade; pela oportunidade dada ao Bruno de trabalhar na própria FUNAC e tantas outras histórias de sucesso. Foi lembrada ainda o adolescente “Teodoro”, que passou 3 anos na unidade e quando chegou não sabia ler nem escrever, e para assinar seu nome teve que ser por meio da digital e no final ele saiu lendo e escrevendo e ainda deu depoimento dizendo que o maior ganho que ele teve no cumprimento da medida foi a educação.

No Centro da Juventude Nova Jerusalém eles vivem em sistema semi-aberto, onde alguns trabalham fora, outros através de conversas já se arrependem do ato cometido. Acreditam que a sala de aula é um processo por onde se dar a transformação do aluno.

Um percentual muito menor relata que não acredita (ou acredita em termos) na educação, pois com a estrutura que o estado oferece para o professor é impossível fazer qualquer tipo de trabalho que reverta a situação do adolescente privado de liberdade. Além disso, essa parcela dos entrevistados aduz que os alunos vão para escolarização só para sair do alojamento, que a maioria não mostra interesse. Acham que deveria ter só internação e a provisória, não acredita na semiliberdade da forma como é oferecida hoje, só se fosse na perspectiva da profissionalização.

Relação professor x aluno

As pessoas entrevistadas da SEDUC dizem não ter conhecimento algum da relação professor aluno nas unidades. Quanto à Escola 100% dos entrevistados considera ser boa a relação. Os adolescentes depositam confiança, respeito e gostam de ser ouvidos.

Formação/capacitação dos professores para o trabalho com os adolescentes envolvidos com ato infracional

De acordo com a SEDUC existe uma deficiência muito grande na oferta de capacitação para os professores. A capacitação é feita quinzenalmente para os supervisores e estes devem fazer a formação com os professores. As entrevistadas citaram que em novembro de 2010 houve uma formação geral sobre o EJA, mas sem enfocar a normativa específica do ECA ou do SINASE ou mesmo de medidas socioeducativas de modo geral.

No âmbito da Escola, os entrevistados se ressentem da falta de preparação dos professores por parte da SEDUC, inclusive a maioria queixou-se que a SEDUC quando vai contratá-los sequer informa que é pra trabalhar com adolescentes envolvidos com ato infracional. Eles só ficam sabendo dessa especificidade quando chegam à Escola. E em termos de capacitação é a escola que, de modo geral, os capacita. Alguns professores informaram que já participaram de treinamentos oferecidos pela FUNAC na gestão de Elisângela Cardoso. Os professores antigos fizeram cursos sobre a “pedagogia amigoniana⁶” e algumas jornadas pedagógicas. Os novatos e contratados não tem sido capacitados nem antes e nem durante o desenvolvimento das atividades.

Especificidade de ensino em cada unidade

Segundo os entrevistados da SEDUC e da Escola existe muita diferença do ensino entre as unidades. A proposta metodológica é a mesma, mas a relação de trabalho funciona de acordo com cada um dos gestores das respectivas unidades.

No Canaã e no Florescer o processo de organização e apoio é melhor e não tem mudanças repentinas. Nestas duas unidades a rotina é diferente. O Canaã é referência, há uma equipe que dá apoio aos professores e há cooperação entre os educadores. A Lindoura, diretora da unidade, tem uma liderança positiva na condução dos trabalhos no sentido de organização e da administração. Apenas uma pessoa relatou que no Canaã a relação é muito fechada, chegando a ser prejudicial. No Florescer as adolescentes ficam à vontade, ou seja, ficam soltas e tem ótimo acompanhamento da Ana Raimunda (pedagoga) e da Rosicléia (ex-gestora).

Na semiliberdade, a relação do aluno com os funcionários é melhor, tem mais afetividade, mas falta socioeducadores para dar suporte aos professores. Os adolescentes ficam soltos e há acompanhamento por parte dos profissionais da unidade.

⁶ Pedagogia fundada pelo Frei Luis Amigó

No CJE tem uma restrição maior do apoio dos socieducadores. Nesta unidade quase não tem aula, há muita contenção tirando os alunos da sala de aula e, de modo geral, não conseguem cumprir o calendário escolar por conta da rotina e pela falta da estrutura da Gestão. Para os professores o CJE é a pior de todas e tem descaso com o professor. Embora tenha acompanhamento, este é mais “solto”.

No geral alguns responderam que a diferença entre as unidades se deve ao fato de que umas levam a escolarização como um instrumento de grande importância para os alunos e outras não acreditam na proposta. Por fim, alguns professores responderam que não tem conhecimento porque só trabalham em uma única unidade.

Considerações da educação com a especificidade do público das MSE nas questões étnico raciais.

A esse respeito a Secretaria ressalta apenas que há um esforço muito grande do setor de Diversidade da SEDUC e que os professores participam da formação continuada junto ao EJA. Já a Escola cita a existência do projeto da Cor da Cultura⁷. Assim como é desenvolvido nas demais escolas ele faz parte do Centro de Ensino Sete de Setembro e já foi incluído nas unidades. Ademais, alguns professores relataram ter preocupação com esse conteúdo e por isso trabalham dentro das suas disciplinas, com a ressalva de que ainda precisa ser melhor explorado e disseminado.

Atitudes dos profissionais da educação frente aos casos de violência e violação de direitos dos adolescentes

Para a SEDUC a própria escola leva as situações de violência ao conhecimento da Promotoria de Educação. Há também uma percepção de que a diretora mostra grande preocupação a este respeito e já adotou até um livro de registro de ocorrências.

Os professores corroboram esta informação relatando que a Diretora tem sido aguerrida no sentido de denunciar, todavia esta não tem recebido apoio de ninguém. Outros professores disseram não ter conhecimento de casos de violações de direitos, ou então, que ainda não houve necessidade de denunciar. A diretora relata que tem levado as denúncias para a comissão de direitos humanos da OAB e para as direções das unidades. Foi dito também pelos professores que estes conscientizam os próprios adolescentes a respeito dos seus direitos. Apenas um entrevistado disse que a escola não tem feito nada e outro que desconhece qualquer atitude da escola.

Principais dificuldades encontradas nos últimos 20 anos no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

- Deficiência na parceria da FUNAC com a Educação;
- Falta de ações compartilhadas;
- Falta de otimização dos espaços;
- Falta um espaço que “cheire educação”;
- Constantes mudanças que quebrem o planejado;

7 O projeto da Cor da Cultura faz parte do programa do governo federal para todas as escolas do Brasil

- Falta de continuidade nas gestões;
- Constante recomeço;
- Barreiras entre professor e FUNAC;
- Insuficiência de professores;
- Desmotivação dos adolescentes sobre a importância da educação;
- Superar a ideia de risco de vida e perceber a função social da escola;
- Falta de capacitação para os professores que trabalham com esse público;
- Falta de perfil e preparação da maioria dos funcionários, que geralmente fazem da atividade cabide de emprego em época de eleição;
- Acompanhamento aos egressos com bolsas, para que os adolescentes não migrem para a penitenciária;
- Recursos insuficientes nas unidades;
- Ineficiência e omissão de alguns gestores de unidades;
- A inexistência de políticas públicas, que viabilizem prevenção e ressocialização de adolescentes aos quais se atribuem autoria de Ato Infracional;
- Falta de programas sociais, inserção de adolescentes no mercado de trabalho;
- Falta de responsabilização mediante o quadro de denúncias envolvendo os servidores da FUNAC;
- Falta de integração;
- Falta de apoio da Secretaria de Educação e apoio da própria escola;
- Falta de valorização do professor que trabalha em Unidades sem o adicional referente ao risco de vida;
- Falta de Coordenadora Pedagógica para orientar projetos e planejamentos específicos para essa clientela;
- Falta de apoio da Secretaria de Educação;
- Falta apoio dos Monitores, assim como capacitação para os mesmos;
- Espaços físicos inadequados;
- Recursos precários;
- Falta de laboratórios para aulas práticas;
- Falta de Projetos como Horta, dança etc...;
- Falta de Projetos Culturais;
- Educação Tradicional;
- Falta de uma Equipe Multidisciplinar;
- Falta de Apoio e projetos político-pedagógicos;
- Falta de palestras permanentes sobre o trabalho pedagógico e aprendizagem;
- Falta de acompanhamento ao professor;
- Falta de condições de trabalho para se realizarem aulas-passeio;
- Escassez de Material Didático;
- Falta de Intersetorialidade;
- Falta de uma proposta Pedagógica específica;
- O que são as medidas Socieducativas para a Educação;
- Falta de entendimento dessa demanda por parte dos Gestores Maiores (da Governadora, do Gestor da Sedes, do Gestor da SEDUC e do Gestor da FUNAC);
- Falta de investimento/Prioridade;
- Falta de Formação Continuada para os docentes e Diretores;
- Falta articulação entre as instituições e a Família;

- Falta de linha de pesquisa nas universidades/instituições formadoras de conhecimento.

4. A DIMENSÃO ESCOLAR DA MSE SOB A ÓTICA DAS UNIDADES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Centro da Juventude Florescer (Provisória e Internação Feminina)

1. O nível de conhecimento formal trazido pelas adolescentes é, de modo geral, muito baixo. Chegam com muitas dificuldades e todas, até agora, apresentaram distorção idade/série. Sendo que uma delas possui inclusive dificuldades de aprendizagem.
2. A inserção das adolescentes no processo de escolarização se dá através de uma avaliação feita pelos técnicos das unidades (pedagogos e professores), por meio de entrevistas, e quando necessário, são aplicados testes diagnósticos de matemática, português e conhecimentos gerais, para verificar a série correspondente à matrícula. Raramente é apresentada a documentação escolar das mesmas. Elas já estavam fora da escola há algum tempo e segundo as informações, há grandes dificuldades em conseguir a documentação, tais como: declarações e históricos. Há casos em que a adolescente ou sua família não sabe sequer informar qual a escola ela frequentava anteriormente. Quando a documentação é apresentada pela família a matrícula é feita imediatamente. No ato do desligamento da adolescente da unidade, ela leva seu boletim do período em que estudou e uma declaração da Escola. Quando essa matrícula não pode ser feita de imediato as alunas são incorporadas como ouvintes e a equipe técnica se encarrega de tomar as devidas providências de documentações. Em alguns casos a unidade consegue até mesmo o histórico escolar. Segundo a pedagoga da escola isto é possível devido à modalidade de ensino ser a EJA (Educação de Jovens e Adultos).
3. Quanto aos problemas com a aprendizagem (déficit ou transtornos), foi informado pelas entrevistadas, que são facilmente detectadas dificuldades de atenção e concentração, mas que não significam transtornos neurológicos ou cognitivos, e sim situações decorrentes do uso de drogas. Para a pedagoga do turno matutino, hoje as aulas são adaptadas para um tempo menor devido à fadiga que as adolescentes apresentam. Elas têm abstinência às drogas, além disso, a própria falta de privacidade também altera o estado emocional. Por ocasião da entrevista, apenas uma adolescente apresentava situação de maior agravamento cognitivo com sérias dificuldades de absorção dos conteúdos, porém nesses casos não é feita nenhuma avaliação técnica dessas situações. A unidade conta com a presença de uma psicóloga em seu quadro, mas esta profissional, segundo seu próprio depoimento, está mais voltada para a psicoterapia do que para o suporte ao desenvolvimento da aprendizagem.
4. Sobre o ensino repassado por cada disciplina, a avaliação da diretora e da psicóloga foi de que, devido ao pouco tempo de permanência na unidade, não possuem informação a esse respeito. A pedagoga do turno matutino relata que, pelo fato da clientela ser pouca (na atualidade quatro adolescentes), os professores acumulam disciplinas para atender às necessidades da unidade. Já a pedagoga do turno vespertino relata que o ensino referido é deficitário, nem livros vêm para a unidade.

5. O grau de aprendizagem das alunas foi considerado bom por todas as entrevistadas, e que algumas chegam a exigir algo mais por parte dos professores. Com o tempo, são observados crescimentos no âmbito da leitura e na demonstração de conteúdos gerais, diz a psicóloga.
6. A relação professor X aluna foi considerada boa por umas; e precária por outras entrevistadas. Não há um preparo prévio dos professores para trabalhar com essa clientela. Estes não conhecem nada de medida socioeducativa. A coordenadora pedagógica da unidade é que dá alguns esclarecimentos ao professor. Por esse motivo, há algumas desconfianças. Houve inclusive um caso de conflitos com uma professora, mas esta já deixou a unidade.
7. Quanto à satisfação dos professores ou insegurança no trabalho na unidade as entrevistadas ressaltaram que, de modo geral, no início há certo receio dos professores, mas com o tempo as coisas ficam normais. No entanto, no mês de março de 2011, uma adolescente relatou aos técnicos e à direção da unidade que uma professora estava demonstrando receio em deixar a bolsa na sala. Mas segundo a diretora foi o único caso até agora. A psicóloga destaca que há um professor que demonstra satisfação no trabalho, ele está sempre muito disponível, nem sempre isso ocorre com os demais.
8. Das quatro entrevistas, três pessoas disseram que acreditam na proposta de escolarização que é oferecida atualmente. Há uma clara evolução entre o que as adolescentes trazem quando chegam à unidade e o que elas adquirem na mesma. Há diferença no raciocínio e na escrita, mas ressaltam que a escolarização poderia ser melhor. Não existe formação específica para os professores trabalharem com a metodologia de jovens e adultos, nem tão pouco com o perfil das adolescentes. No entanto, uma das entrevistadas ressaltou que não acredita na atual proposta da Escola Sete de Setembro, diz ter apreço pela metodologia da EJA, mas há um grande problema que é a fragmentação das disciplinas e que estas são repassadas em apenas 3 horas a cada dia e, segundo ela, isto não é possível gerar aprendizado.
9. Sequenciando esta questão com relação à capacitação prévia dos professores para trabalhar com essas adolescentes, a maioria das entrevistadas relatou que não há capacitação ou não possuem conhecimento a esse respeito. Contudo, a pedagoga do turno matutino citou que a FUNAC já deu capacitação para os professores em parceria com a UFMA sobre a pedagogia amigoniana. Mas reconhece que não há capacitação prévia, apenas houve durante o ano letivo, nas gestões anteriores de Claudeth Ribeiro, Antonio Guedes e Elisângela Cardoso.

Centro da Juventude Canaã (Provisória Masculina)

1. O nível de conhecimento formal trazido pelo adolescente não se diferencia da situação das meninas. Segundo as pessoas entrevistadas, a maioria dos adolescentes chega com pouco conhecimento. As séries já cursadas são muito baixas, há uma defasagem de idade/série muito grande. Alguns têm que começar do zero, diz a diretora. A coordenadora pedagógica destaca que os adolescentes geralmente apresentam baixo conhecimento com relação à série em que estão matriculados. Além disso, segundo o psicólogo, eles são indisciplinados vêm de ambiente familiar conflituoso, geralmente com dependência química (30% são

dependentes e 40% com uso avançado), apenas 1% nunca fez uso de drogas, mas apresentam diversas doenças orgânicas.

2. A inserção dos adolescentes na escolarização é feita também através de sondagem de conhecimento, pela coordenação pedagógica, e com 24h ele já vai para a série que ele diz estar cursando. O professor faz um teste e se ele corresponder; permanece. No caso de adolescentes oriundos da cidade de São Luís, a coordenadora pedagógica entra em contato com a escola futura para o ingresso do adolescente após sua passagem na internação provisória. Contudo, esse processo é muito difícil, haja vista as ameaças que os adolescentes sofrem e a família geralmente tem receio de deixar o filho na mesma localidade. Geralmente procuram mudar de escola após a ocorrência do ato infracional e as barreiras são grandes, as direções de escolas dizem que não há vagas. De modo geral, há grandes entraves com o retorno desse adolescente na volta para a escola. Muitos, infelizmente, não dão sequência aos estudos.
3. Quanto a problemas com a aprendizagem (déficit ou transtornos), os entrevistados revelam que existem muitos casos, geralmente ocasionados pelo uso de substâncias psicoativas. Aqueles que apresentam comprometimento com o desempenho escolar são encaminhados para o serviço de psiquiatria do CAISCA Anjo da Guarda. A identificação, segundo a coordenação pedagógica da unidade, é feita apenas por observação e intuitivamente, mas o psicólogo relata que, em casos de suspeita, ele avalia tecnicamente com uso de entrevistas dirigidas e de aplicação de testes quando necessário, mas que este instrumento nem sempre é disponibilizado por questões financeiras, em seguida orienta os demais profissionais para saber lidar com as situações atípicas. Além disso, são feitos os devidos encaminhamentos pelo serviço social para outros atendimentos cabíveis, mas geralmente o tempo de 45 dias não permite maiores providências, diz a coordenadora pedagógica.
4. Concernente ao ensino repassado por cada disciplina, foi relatado que o atual sistema, ou seja a EJA, não contempla as necessidades dos adolescentes. O ensino precisa ser mais dinâmico, já que alguns meninos estavam fora da sala de aula há algum tempo. Tem vezes em que o aluno não acompanha a oferta do professor, carecendo adaptar o calendário escolar. Além disso, muitos adolescentes, como já mencionado anteriormente, são usuários de drogas e a abstinência interfere na aprendizagem. Tendo como destaque a dificuldade maior com a matemática.
5. O grau de aprendizagem dos alunos é bem reconhecido por todos os entrevistados. Ressaltam que primeiramente os alunos aprendem a levar o estudo a sério. As situações de alfabetização são as mais interessantes, eles ficam muito satisfeitos em saírem da unidade fazendo o próprio nome. Alguns, ao chegarem, dizem que não querem estudar, mas após um período já mudam e passam a manifestar o desejo de voltar para a escola, afirma a diretora. Segundo a coordenadora pedagógica eles demonstram desenvolvimento na leitura, a oração da manhã são eles que fazem, e com o passar dos dias, vão melhorando na oralidade e na interpretação. Mas é um problema a falta de recursos pedagógicos e logísticos, para uso dos professores.
6. No que tange à relação professor X aluno, esta foi considerada boa, há respeito mútuo. Não há agressões, segundo a coordenação pedagógica, já foram constatadas algumas situações entre alunos, mas não entre professores e alunos.
7. Com relação à satisfação dos professores ou insegurança no trabalho na unidade, todos os entrevistados relataram que não há registros de situações de insegurança.

Apenas quando o professor chega na escola tem certo receio devido ao temor social, mas logo se tranqüiliza e faz seu trabalho sem problemas. Percebe-se uma boa satisfação. Os professores ainda não recebem nenhuma gratificação pelo grau de risco, já concedido pela legislação em outros espaços, a exemplo das penitenciárias. De acordo com a diretora nunca foi registrado nenhum conflito, pelo menos nos últimos 15 anos.

8. Todos os entrevistados admitiram acreditar na proposta de escolarização. Para a diretora, o adolescente está em fase de desenvolvimento e o ato infracional é passageiro. Ele tem a capacidade de mudar as coisas na vida dele e precisa muito de apoio da sua família e dos profissionais. A coordenadora pedagógica relata que tudo que tem sido desenvolvido, eles têm aproveitado bem. Na unidade se mexe com o menino com o brilho no seu olhar e na sua vontade, porém falta apoio lá fora. O psicólogo diz que quando os adolescentes chegam estão sem interesse e quando saem eles estão demonstrando motivação.
9. No que se refere à capacitação prévia dos professores para trabalhar com esses adolescentes foi informado que já existiu, em anos anteriores, mas agora estão suspensas.

Centro da Juventude Esperança (Internação Masculina)

1. O nível de conhecimento formal trazido pelo adolescente à unidade é igualmente baixo. De acordo com a diretora, 90% tem histórico de evasão escolar. A coordenadora pedagógica admite que eles já possuam certo conhecimento, mas devido ao afastamento da escola e da defasagem idade-série, apresentam um bloqueio na escolarização. A pedagoga do turno vespertino relata que eles chegam com pouca ou sem bagagem alguma de escolaridade. Ela procura saber a história de vida de cada um, a maioria é apenas semi-alfabetizada. Eles se ressentem por não ter estudado. Alguns já são pais e estão mais preocupados com o trabalho. Os psicólogos e a assistente social relatam que os adolescentes apresentam uma visão muito negativa da escola enquanto história pregressa. Ressaltam ainda que durante o tempo em que ele está na unidade apenas três adolescentes apresentaram demanda para o ensino médio. Mas a baixa escolaridade não implica dizer nenhum déficit. De modo geral, os adolescentes são muito inteligentes e saem da unidade expressando o desejo de continuarem os estudos.
2. Quanto à inserção dos adolescentes na escolarização, a diretora relata que não tem domínio desse processo, encontra-se há pouco tempo na unidade com uma função interventiva para conter as situações de violência institucional registradas historicamente na unidade. A esse respeito, a coordenadora pedagógica expõe que é feito um atendimento para levantar a situação escolar pregressa de cada adolescente. Após a avaliação, são providenciadas documentações de matrícula, preenchendo-se uma ficha fornecida pela Escola Sete de Setembro. Os adolescentes, na maioria das vezes, não dispõem do histórico escolar ou qualquer outro documento comprobatório da sua escolaridade. As pedagogas relatam que este processo dura em torno de 8 dias, para então, o adolescente ser inserido na sala de aula conforme a série. Quase todos são matriculados sem documentação e a ficha é encaminhada à escola com a observação de providências posteriores. Ainda

sobre a sua avaliação de conhecimento o adolescente é indagado sobre a série que estava ou está cursando, quando há dúvidas é feito um teste.

3. Quanto aos problemas com a aprendizagem (déficit ou transtornos) a diretora expõe que grande parte tem problemas, mas não há diagnóstico preciso, necessitando, portanto, de serem feitas as devidas avaliações. A coordenadora pedagógica diz que um professor já chegou a pedir uma avaliação ao psicólogo. Outro fato destacado é que a maioria dos adolescentes são usuários de drogas e isso dificulta a aprendizagem dos mesmos.
4. Sobre o ensino repassado por cada disciplina, parte dos entrevistados admitiu não ter conhecimento a esse respeito. As pedagogas relataram que o ensino precisa melhorar, bem como o compromisso dos professores tem que melhorar, falta dar mais ênfase no cuidado com as dificuldades dos alunos e motivá-los mais, haja vista sua história de vida. A matemática é a disciplina que eles mais se destacam. O Português é a que apresentam mais dificuldades.
5. Concernente ao grau de aprendizagem dos alunos, a diretora manifesta opinião de que alguns vão bem, mesmo considerando as dificuldades ocasionadas pelas drogas e agressividade. Neste item, a coordenadora pedagógica relatou que não tem acompanhado o desempenho dos alunos. A pedagoga do turno matutino, bem como a assistente social, relatam que há mudança de pensamento, escrita e linguagem, já a pedagoga do vespertino fala que a aprendizagem é baixa, bastante deficitária e que os adolescentes não possuem rotina de escolarização e o conteúdo não é direcionado. Este pensamento é comungado com os psicólogos que falam de um aprendizado relativo, alguns se alfabetizam, mas está longe de ser educação formal.
6. A relação professor X aluno foi avaliada como complicada em anos anteriores, porém todos relataram que atualmente é boa, havendo respeito de ambas as partes.
7. O grau de satisfação dos professores ou insegurança no trabalho na unidade foi explicitado dentro de algumas ressalvas que refletem o quadro educacional como um todo. De acordo com a diretora, alguns estão muito engajados; outros vêem por obrigação e não é só por causa do CJE, é pela própria situação da educação em todos os colégios. Inicialmente tem professor que fica receoso, mas logo percebem a dinâmica do trabalho e seguem o percurso normal. Tem ocorrido de alguns professores faltarem bastante, é o retrato da educação que de modo geral está falida, faltando estímulo estatal. Com relação à segurança, a coordenadora pedagógica relata que a maioria dos professores não tem apresentado problema de insegurança e que os socioeducadores acompanham as aulas. Alguns demonstram gosto, outros não se identificam e outros não gostam, mas trabalham. Há reclamação por parte dos professores quanto à falta de higiene das salas de aula e precariedade da biblioteca. Não há rotina de limpeza das salas e demais espaços educacionais. A metodologia de educação é a de jovens e adultos e não satisfaz a especificidade dos adolescentes.
8. No que se refere à credibilidade na proposta de escolarização, todos os entrevistados relataram que acreditam. Já há mudanças paradigmáticas onde os métodos de pancadas e torturas estão sendo banidos e implementadas ações de cidadania. Os alunos que tem aprendido a ler elevam sua auto-estima, mas ainda há pouco compromisso dos professores. A professora mais assídua é da 1ª e 2ª séries.

Na opinião do psicólogo, o trabalho não é ideal, mas mesmo nas condições precárias ele acredita. Há grandes dificuldades na família desses adolescentes, mães dependentes, avós sem condições de estabelecer limites, diante disto, infelizmente uns e outros têm voltado, outros morrem, outros vão para “Pedrinhas”⁸.

9. No que se refere à capacitação prévia dos professores para trabalhar com esses adolescentes, apenas uma pessoa reconhece ter havido uma jornada pedagógica para os professores no ano de 2008, fora isso, não há registro de qualquer formação, seja pela Secretaria de Educação, seja pela FUNAC que tenha sido dirigida para os professores. Não há registro de capacitação que tenha contemplado as questões do ato infracional e das medidas socioeducativas.

Centro da Juventude Nova Jerusalém (Semiliberdade Masculina)

1. O nível de conhecimento formal trazido pelo adolescente (bagagem), segundo os entrevistados, é de que nunca tiveram muita vivência de sala de aula e, de modo geral, são muito desinteressados, pobres de conhecimento, a maioria está iniciando o ensino fundamental. Raramente chega alguém que ainda está freqüentando a escola.
2. Quanto à inserção dos adolescentes na Escolarização, foi relatado pelos entrevistados que os adolescentes são avaliados pela pedagoga da unidade através de entrevistas. É solicitada uma redação e uma avaliação numérica, daí ele é matriculado. Em seguida ela confronta os subsídios coletados com as informações prestadas pela família. Além da pedagoga os professores também fazem as suas avaliações. Porém a pedagoga admite que o maior problema é conseguir a documentação anterior, pra validar a série do adolescente. Já houve um caso de desacordo no processo avaliativo. Diante desse fato foi necessário consensuar a opinião dos professores e da coordenação pedagógica para decidirem sobre a matrícula.
3. No que concerne à identificação de problemas com a aprendizagem (déficit ou transtornos) os entrevistados relataram que atualmente há dois casos existentes na unidade: um por transtorno mental grave e outro porque o adolescente não consegue reter informações, com nível de esquecimento grave. A avaliação dessas situações é feita pelas psicólogas através de entrevistas e observações. São realizadas ainda atividades lúdicas, corte e colagem, palavras cruzadas para estimular a aprendizagem. A psicóloga faz algumas oficinas direcionadas a estes adolescentes, onde são trabalhadas habilidades sociais, regras e participação. Fora estes casos, os demais apresentam déficit de atenção – são inquietos, ansiosos e o nível de depressão é muito grande, dificuldade para memorização o que desestimula a continuidade dos estudos, diz a psicóloga do turno matutino.
4. Sobre o ensino repassado por cada disciplina, foi informado pelos entrevistados que três professores têm se esforçando muito e feito um bom trabalho e que, de modo geral, é discutido com os professores o tipo de recurso didático a ser usado em sala de aula e que os professores também chamam os técnicos para tentar superar as dificuldades. As psicólogas admitiram não terem domínio desta questão.
5. Quanto ao grau de aprendizagem dos alunos os entrevistados, com exceção das psicólogas, ressaltaram que alguns rapidamente se alfabetizaram e há

⁸ Penitenciária Masculina de São Luís.

aprendizagem e que quando eles estão na sala de aula é um silêncio total. Além das aulas matutinas são feitos reforços escolares, alguns têm dificuldades de aprendizagem e muitos admitem terem perdido a motivação pela escola, diz a pedagoga.

6. A relação professor x aluno foi considerada boa, tranqüila e de respeito mútuo. Apenas quando os adolescentes chegam, eles tentam intimidar, mas com o decorrer do trabalho o clima fica normal. De acordo com a psicóloga do turno vespertino, os adolescentes preferem estudar em escolas da comunidade e que acham o ensino interno com falta de atividades interessantes, mas mesmo assim gostam muito de estarem em sala de aula.
7. Quanto ao grau de satisfação dos professores ou insegurança no trabalho dentro da unidade foi narrado pelos técnicos que as professoras, que estão há mais tempo não apresentam dificuldades, já as mais recentes demonstram certo receio e, de início, pedem a companhia dos monitores na sala. Em décadas alguns professores desistiram do trabalho.
8. Quanto à credibilidade na proposta de escolarização, o diretor se mostrou reflexivo a respeito do papel das instituições envolvidas, segundo ele, falta maior comprometimento dos gestores para que, de fato, possa haver mudança na vida dos adolescentes. Os demais entrevistados relatam que acreditam, mas o trabalho poderia bem melhor, falta ser mais focado levando em conta a especificidade de cada adolescente.
9. No que se refere à capacitação prévia dos professores para trabalhar com esses adolescentes, todos disseram que não há capacitação nem prévia nem durante o trabalho. Apenas na gestão de Elisângela Cardoso foi iniciada, mas que logo foi interrompida com a mudança de governo.

5. AS UNIDADES E A ESCOLARIZAÇÃO NA VISÃO DOS ADOLESCENTES

	Centro da Juventude Florescer (internação feminina)	Centro da Juventude Canaã (provisória masculina)	Centro da Juventude Esperança (internação masculina)	Centro da Juventude Nova Jerusalém (semiliberdade masculina)
Sentimentos quanto à unidade	No começo foi difícil, pois antes de vir pra cá eu tinha liberdade. Não me acostumo. No começo era chato estudar, mas depois conhecemos os professores e agora está tudo bem. É ruim. Sinto muita saudade de meu bebê de 01 ano e 09 meses. Eu me sinto mal, até hoje não tenho resposta dos relatórios enviados para o juiz sobre minha permanência aqui que já está com 08 meses.	Acho bom, eles ensinam bastante, nos dão atenção, é agradável. Na rua não tenho prazer de estudar. Aqui as professoras estão me educando. Gosto de informática, programação cultural e de tênis.	É ruim. Quero é ir embora. Sinto tristeza. Não me sinto bem não.	Não me sinto bem, fico cansado e triste. Não me sinto bem é ruim ficar longe da família. Não sinto nada. Me sinto agoniado. Só na manhã.
Momentos mais gratificantes na unidade	A escola- estudar. A oficina e a escola – são passatempos aqui dentro. Sou feliz por estudar, a escola é boa, já consegui melhorar minha letra. O chato é a privação de liberdade.	É gratificante estudar, não estar em contenção, dormir mais tarde, ouvir música. Foram destacadas as ações de: educação física, tênis de mesa, pintura, capoeira, computação e vôlei.	É dia de sábado, que é o dia de visita. Durante a semana não tem atividade nenhuma. Quando meu relatório vai bem. Quando tem um futebol ou <i>hip hop</i> , mas é a coisa mais difícil de ter, só quando a gente pede. Antigamente tinha mais, agora é só uma vez por mês. Não gosto de nada. Eu gosto da escola. Quando botava filme para assistir. Padaria, mas tá suspensa.	Futebol e hora da escola e TV, hora de ir pra escola (à noite) Para ter atendimento com os técnicos é muito difícil.
Momentos de maiores dificuldades na unidade	O pior momento é meio dia e à noite, quando temos que cumprir as regras de ficarmos no quartos. O pior momento é 6 horas, dá uma tristeza. No começo eu sentia muita saudade de casa.	É difícil estar na “tranca”, o horário das 12 às 14h que tem que ficar no alojamento (só fica porque tem que ficar mesmo).	Dia de domingo fica o dia inteiro na tranca. Se um faz todos pagam. Errado é isso! Cancela tudo até a escola a gente fica sem ir.	Quando chega às 6h e 12h que tem de ser recolhido na tranca sem atividade.

	Centro da Juventude Florescer (internação feminina)	Centro da Juventude Canaã (provisória masculina)	Centro da Juventude Esperança (internação masculina)	Centro da Juventude Nova Jerusalém (semiliberdade masculina)
O que os adolescentes acham do ensino ofertado na unidade	Teve um período que o professor não estava legal, mas falei com a diretora sobre isso e agora já melhorou muito. Temos professores bons, mas têm outros que não presta.	As professoras nos tratam bem, são educadas, dão bastante atenção, são poucos alunos por sala isso facilita a interação. Uns gostam de ler, outros dizem não gostar de ler, porque não sabem. Aqui se aprende mais. Somos mais bem tratados que lá fora. Pouco tempo, mas os professores sabem ensinar. Um adolescente respondeu que gosta mais da escola do bairro, lá são 5 horários, na unidade são apenas 2.	A escola não tá boa, pouca carga horária, tem poucos alunos, aluno único na sala de aula. Tenho aula toda semana, mas qualquer coisinha cancela tudo. Só uma ala frequenta a sala de aula. A professora explica bem, ensina bem.	Lá fora o ensino é bom. Aqui dentro dá pra aprender, mas lá fora é melhor. Qualquer professora é igual. É só uma professora mesmo.
Como os adolescentes tratados pelos professores em sala de aula	Eles nos tratam bem, como qualquer pessoa. Tem professor que trata bem, outros nos tratam como animal, aí eu reclamo. Nunca tivemos a presença da diretora da escola conosco. Este ano tem uma professora que fica com medo da gente, desconfia da bolsa dela. A professora me trata bem Temos apenas uma sala de aula, as outras duas são improvisadas (biblioteca e sala de oficina que funcionam como sala de aula).	Todos responderam que nunca houve tratamento de agressão por parte dos professores e nem ouviram por parte de outros colegas.	Bem e as aulas são bem explicadas	Sem problema nenhum
Como os adolescentes avaliam seu nível de aprendizagem	Estou aprendendo mais ou menos. Melhorou meu aprendizado Acredito que avancei	Todos admitiram que aprendem bem. Um deles disse que não sabia fazer o nome e agora já está fazendo. Só não aprende se ficar na tranca, caso não queira estudar.	Tá dando pra aprender. A gente só tem 3 matérias na 5 série: matemática, ciência e inglês. Se eu passar anos e anos aqui eu não vou aprender é nada! Estou há 5 meses aqui, mas não aprendi nada. Eu já to conseguindo soletrar.	Não tem aprendido muito. Um adolescente diz que não consegue aprender e não gosta da atividade.
Disciplinas que os adolescentes encontram mais Dificuldades	Matemática e física	Matemática. Português é “facinho”. Eles fazem uso da biblioteca. São passadas atividades e são feitas.	Dificuldade em inglês: 2, 1 gosta mais de português e matemática, 5 gosta mais de matemática, 1 gosta mais de português.	Matemática, geografia, ciências

	Centro da Juventude Florescer (internação feminina)	Centro da Juventude Canaã (provisória masculina)	Centro da Juventude Esperança (internação masculina)	Centro da Juventude Nova Jerusalém (semiliberdade masculina0)
Visão dos adolescentes sobre escola	Passei quatro anos fora da escola, mas acho a escola legal. Falta é uma melhor preparação dos professores. Só parei quando cometi o ato infracional e vim pra cá. A escola aqui é boa, mas eu queria estudar com outros alunos.	Boa. Agente aprende a pegar em livros, entender as palavras, às vezes alguns professores tratavam agente mal na escola lá fora. Eu estudava à noite, mas a farra estava sendo melhor que a escola. Deixei a escola pra poder trabalhar. Eu gostava de tudo da escola. A escola tinha tudo, mas eu fui roubar, traficar e aí não deu certo. Larguei a escola pela moto e bebida. A diretora chegava bêbada. O professor de informática não era bom.	Eu parei para trabalhar com 15 anos. Parei com 13 anos, porque eu quis mesmo. Passou a ser desinteressante. Às vezes era bom, às vezes era ruim. Eu brigava muito. Eu não estudava direito. Largou com 12 anos. Passei em quase 10 escolas. Não gosta de escola. Não me dou na escola não! Só gosto de reggae e hip hop.	Apenas um adolescente não acha boa.
Projeto de vida	Prefiro não compartilhar. Quero ser advogada, cantora e compositora. Terminar os meus estudos, fazer o ENEM pra direito. Quero também ajudar minha mãe. Ter vida NOVA.	Estudar para ter uma vida melhor. A escola uma hora vai fazer falta. Voltar a trabalhar manhã e tarde e à noite estudar, já combinei com meus pais. Minha mãe está sofrendo, agora quero voltar a estudar e dar o máximo de mim. Quero só trabalho. Estudar não. Fazer cursos, ser alguém na vida. Entrar com mais força no estudo. Sem estudo não dá. Quero só estudar. Quero fazer um curso de eletricista. Quero fazer projovem, me alistar e ir para o exército. Estudar, fazer um curso. A mãe veio me visitar só um dia. Ela não tem condições para pagar o curso.	Não quero falar. Mudar de vida, criar minha filha que nasceu agora, viver sossegado, quero ser pedreiro. Sair daqui e estudar de novo, fazer cursos, arrumar um bom emprego, mecânica, padaria. Quero sair daqui, ficar com minha família, minha esposa, voltar pro mesmo emprego de antes - comerciário na área de cobrança. Ajudar minha família trabalhando como vaqueiro. Quero estudar, fazer curso, ajudar minha mãe que já me ajudou muito, quero trabalhar num banco e ser bancário. Terminar meus estudos e voltar para o meu trabalho de mecânica de motos. Quero voltar a ser pescador. Ajudar minha mãe, trabalhar em serraria e padaria, já tenho até certificado daqui. Estudar, fazer um curso de padaria, quero arrumar um serviço de padaria. Gosta de artesanato. Ajudar minha mãe, voltar a estudar, trabalhar. Quero trabalhar de vigiar carro. Quero mudar de vida, quero ser motorista.	Paz e alegria, mudar de vida, quero trabalhar, sempre trabalhar na agricultura, ser técnico agrícola. Ser pedreiro (três adolescentes expressaram esse desejo) Um adolescente não manifestou nenhum sonho.

A entrevista com os adolescentes teve por objetivo coletar os principais sentimentos e percepções deles sobre as condições vivenciadas nas unidades no que se refere ao processo educacional e escolar.

Desta forma, de acordo com as entrevistas, a maioria dos adolescentes manifestou que se sentem mal e tristes por estarem em cumprimento de medida socioeducativa. Comportamento este totalmente esperado para quem está privado de liberdade, porém, aparece um diferencial no discurso dos adolescentes da provisória masculina que ressaltam satisfação com as atividades que realizam e com o tratamento recebido, apesar de estarem privados de liberdade. Quanto à tristeza eles atribuem principalmente ao fato de estarem longe das famílias e dos filhos, como a principal causa do mal estar.

Para os adolescentes, os momentos mais gratificantes são aqueles em que estão participando das ações escolares e nas oficinas, sendo estas destacadas nas unidades de internação feminina e na provisória masculina. Já os adolescentes da internação masculina ressaltaram as visitas familiares e as atividades de futebol e dança como as mais gratificantes, mas que estas são oferecidas com muita escassez. Na semiliberdade o destaque foi para o futebol e a programação de TV quando são oferecidos.

A respeito dos momentos mais difíceis sentidos pelos adolescentes, foi destacado por unanimidade que são os horários ou as situações em que eles ficam limitados aos alojamentos, sejam do intervalo do meio dia, seja da noite ou por motivos de contenções. Sendo que a provisória masculina apresenta o pior cenário devido a pouca oferta de atividades e as contenções recorrentes em que eles alegam ser prejudicados pelos atos dos outros.

No quesito oferta de ensino, as adolescentes da internação feminina avaliam que alguns professores são bons e outros ruins, que elas já levaram à coordenação das unidades suas queixas e em razão disso já melhorou muito. Quanto à internação provisória os adolescentes avaliaram o ensino de forma muito positiva, eles tem conseguido aprender e são tratados com atenção e de forma educada, inclusive ressaltaram que se sentem mais acolhidos na unidade do que nas escolas anteriormente freqüentadas e até criticaram o fato de ter apenas dois horários de aula por dia. Na opinião da maioria dos adolescentes entrevistados da internação masculina, a escolarização não é boa, a carga horária é considerada pequena, e eles denunciam que quando ocorre alguma tensão na unidade eles ficam semanas sem aula e, de modo geral, só uma ala frequenta as aulas com regularidade, sendo que uns admitem aprender e outros dizem não estar aprendendo nada. Para os adolescentes da semiliberdade o ensino que eles freqüentam fora da unidade é melhor, mas admitem que aprendem com as aulas que são dadas na unidade e relatam que tem apenas uma professora.

Com relação ao tratamento dispensado aos adolescentes pelos professores e técnicos, as adolescentes relatam que são tratadas como qualquer pessoa, que alguns professores tratam bem outros nem tanto, foi exemplificado que uma professora tem demonstrado desconfiança das mesmas, elas demonstraram ainda ter pouca atenção por parte da instituição de ensino, relatando que nunca receberam nenhuma visita da Diretora do Centro de Ensino Sete de Setembro. As adolescentes criticam o fato de existir apenas

uma sala de aula na unidade e que as demais séries funcionam improvisadamente na biblioteca e na sala de oficinas. Os demais adolescentes relataram que nunca tiveram nenhum problema relativo ao tratamento por parte dos professores e que nunca ouviram nenhum outro coletar ou falar sobre esse respeito.

Com relação às disciplinas mais difíceis de compreensão e apreensão para os adolescentes, eles ressaltaram, por unanimidade, a matemática e em alguns citaram também: física, inglês, geografia e ciências.

Os adolescentes foram indagados a respeito da instituição escola como um todo. A esse respeito, a maioria dos adolescentes disse que a escola é uma coisa boa, mas de modo geral, eles apresentam diversos problemas existentes no percurso escolar, tais como: ressalva de que os professores precisam ser melhor preparados, que trocaram a escola pelo trabalho ou por envolvimento com drogas e galeras, porque brigava muito com os colegas e por perda do interesse pelos estudos.

A respeito do projeto de vida de cada um, os adolescentes, manifestaram seus sonhos enfatizando a grande necessidade de continuar estudando, reconhecendo que o saber fará a diferença na sua vida futura. Mas a grande maioria colocou apenas que querem trabalhar ou fazer cursos profissionalizantes para logo ter uma profissão que lhes assegure o sustento imediato e da sua família. Alguns expressaram o desejo de fazer faculdade e galgar uma vida nova com cidadania plena. Apenas três adolescentes preferiram não compartilhar seus sonhos.

6. RELAÇÃO INSTITUCIONAL - ESCOLA X UNIDADES

Demonstramos a seguir a dimensão da relação existente entre as políticas de assistência social e de educação. A esse respeito foram ouvidos os profissionais do Centro de Ensino Sete de Setembro e das unidades da FUNAC.

Concernente à relação do Centro de Ensino Sete de Setembro com a FUNAC as profissionais técnicas da SEDUC demonstraram não ter domínio desta questão; já a opinião dos profissionais da escola apontou para vários entendimentos. Alguns dizem não desconhecer, outros que essa relação é harmoniosa, e, a maioria diz haver dificuldade, que é deficitária ou mesmo inexistente. Foi destacado que a escola tenta fazer a sua parte, mas a FUNAC não propicia um trabalho interativo, que a FUNAC é burocrática e de modo geral a troca de informação é em cima da hora, na emergência das necessidades, prejudicando a adequação das ações, além disso, falta uma supervisão efetiva do trabalho, tanto pela SEDUC quanto pela FUNAC.

A Secretaria de Educação diz ainda que planeja as suas ações de forma isolada. Não tem a prática de chamar a FUNAC para discutir conjuntamente. Houve uma iniciativa de definir o perfil dos educadores para atuar no sistema socioeducativo convocada pela FUNAC em 2009, mas foi interrompida pela mudança de gestão. Para a Escola, a interação não é tão afinada e tem níveis bem diferenciados de unidade para unidade. A maioria das pessoas entrevistadas na SEDUC e no Centro de Ensino Sete de Setembro reconheceu existir uma relação efetiva com o Centro da Juventude Canaã entre professores, alunos e funcionários, bem como das festas comemorativas. Nesta unidade há planejamento conjunto, onde cada professor recebe uma cópia e a direção da Unidade faz questão da participação dos professores, técnicos e funcionários. Por outro lado, a relação com o Centro da Juventude Esperança é praticamente inexpressiva, a dinâmica interna da unidade atrapalha o planejamento. Na visão da diretora da escola existe interação, porém precisa ser melhorada com todas as unidades.

De acordo com os técnicos da FUNAC constatou-se que não há nenhuma interação entre as unidades da FUNAC e a Secretaria Estadual de Educação. Esta não dispõe de serviços específicos que atue no âmbito do atendimento socioeducativo. Desse modo, todas as demandas e ações executadas nas unidades são atendidas na esfera do Centro de Ensino Sete de Setembro, através da diretora do mesmo. Contudo, esta relação e interação não ocorrem de forma satisfatória.

Para as pessoas entrevistadas da Unidade Centro da Juventude Florescer (Provisória e Internação Feminina) a relação da unidade com o Centro de Ensino Sete de Setembro é algo instituído formalmente, mas não está sendo de forma integrada. Exemplo disso são as ações de planejamento e avaliação, que cada instituição faz de maneira isolada, sem que uma participe das ações da outra. Segundo a diretora da unidade, há o desejo de fazer esses momentos de forma mais integrada, mas isso ainda não acontece a contento.

Neste ano de 2011, por exemplo, aconteceu apenas uma reunião dos professores com a direção da escola e da unidade de internação feminina que se deu logo no início das

aulas, tendo como objetivo a organização dos horários dos professores e perfil dos mesmos para atuar na unidade. A coordenação pedagógica ressalta que nunca houve nenhum momento de trabalho junto com a Secretaria Estadual de Educação. Tal fato reflete na dificuldade de colocar as meninas para estudar em escolas mais próximas, como o “CINTRA ou o SÁ VALE”, tendo como entrave a celebração da parceria apenas com o Centro de Ensino Sete de Setembro.

Em gestões anteriores, ressalta a entrevistada, já houve tentativas de se fazer essas mudanças, mas foram interrompidas devido à burocracia. Foi registrado também que atualmente há dificuldades de comunicação com a direção do Centro de Ensino Sete de Setembro, pois esta é distante da unidade, fica em outro município, falta telefone fixo na escola e a diretora não atende pelo celular.

Quanto à elaboração dos projetos pedagógicos das unidades, estes são feitos com a participação apenas dos professores, não há integração com a direção da escola. Apenas este ano de 2011, a coordenadora pedagógica da Escola visitou por duas vezes a unidade. Este entendimento foi relatado na entrevista com as adolescentes da unidade que se ressentem de nunca terem recebido visita da diretora.

Para os entrevistados do Centro da Juventude Canaã (Provisória Masculina) não há uma relação de integração satisfatória entre as duas instituições. O que atualmente ocorre é a definição do cronograma interno da unidade de acordo com as aulas ministradas pela escola. Este calendário é realizado conjuntamente com os professores, incluindo as datas comemorativas e o jornal impresso que são feitos com ambas as partes.

Os professores estão sempre presentes nas ações promovidas pela Unidade. A iniciativa é geralmente da Unidade que envolve os professores. Porém, a escola em si não se manifesta e não tem incluído a Unidade em suas ações. Apenas o projeto “*mais educação*” é de origem da escola. O psicólogo diz, em sua entrevista, que nunca foi convidado pelo Centro de Ensino para qualquer ação de cunho conjunto. Os professores repassam as dificuldades à coordenação pedagógica da Unidade e esta repassa para ele.

Com relação ao Centro da Juventude Esperança, a diretora respondeu que há uma interação efetiva com o Centro de Ensino Sete de Setembro, que as ações são realizadas coesamente. Por outro lado, os demais entrevistados relataram que não existe interação nas ações. Cada instância faz seu planejamento de forma individual. A escolarização ocorre nos dois turnos de forma específica nas séries que os adolescentes estão matriculados. Os alunos da manhã fazem as atividades da unidade à tarde e vice versa. Nestes momentos há o acompanhamento dos professores, mas não de forma constante. A unidade também não chama a escola para programar ações conjuntas. A coordenadora pedagógica diz desconhecer que em anos anteriores tenham existido ações conjuntas. Há uma avaliação anual entre as pedagogas da unidade e do Centro de Ensino Sete de Setembro e algumas reuniões da coordenação com a direção da escola.

De modo geral, o Centro de Ensino fica apenas com as aulas por disciplinas que são planejadas só pela escola. Eles já chegam com seu planejamento pronto e nem sempre se adequam à realidade da unidade. Há conversas com professores sobre questões de

interesse da unidade, mas a pedagoga do turno matutino diz desconhecer maiores interações.

Corroborando com esta informação a pedagoga do turno vespertino relata que a interação que existe é muito frágil e questionável. Já teve até algumas tentativas mais ousadas, como levar alguns adolescentes para assistirem as aulas na própria sede da escola, mas devido à desconfiança de alguns monitores foram gerados certos desentendimentos e agora todos assistem aula somente na unidade, o que é um problema devido não ter um quadro completo de professores. Outro problema é que nem todos os adolescentes estão matriculados, outros ficam sem frequentar as aulas por causa de contenção, fato este que contraria o regimento interno da casa. Segundo a pedagoga do turno vespertino, isto ocorre devido alguns monitores acreditarem que adolescente é bandido, ladrão e ladrão não tem que estudar e questões como estas são recorrentes.

O aspecto relativo a infrequência dos alunos por imposição das contenções chama a atenção. Enquanto pedagoga, a entrevistada diz que sempre relata essas situações à coordenação pedagógica da unidade para que esta comunique a direção da escola. Os demais profissionais técnicos opinam nessa mesma direção reforçando que a relação é inconsistente e incipiente.

No âmbito do Centro da Juventude Nova Jerusalém (Semiliberdade) o quadro identificado foi de que o diálogo ocorre geralmente com a coordenadora pedagógica da unidade, que sempre vai ao Centro de Ensino Sete de Setembro, ou quando necessário a comunicação se dá por via telefônica. O diretor admite que não são realizadas atividades conjuntas e se isso acontecesse ajudaria bastante no desempenho do trabalho. Desde que ele entrou na unidade nunca houve nenhuma reunião conjunta da unidade com a escola. Na opinião da coordenadora pedagógica os planejamentos são feitos somente com os professores. São realizadas visitas à escola e nestas ocasiões são discutidas as demandas comuns.

O quadro de professores não é completo e a maioria é contratada. Esta relata também que já houve uma reunião na escola a convite da diretora para a unidade. Com relação ao ensino, a pedagoga ressalta que não é o desejável e que tem sido muito difícil “segurar o aluno” na sala de aula. Exemplo disso, no segundo semestre de 2010, não tiveram recursos materiais para as atividades. Quanto à comunicação com a escola não há problema nesta unidade.

Essa opinião é confirmada pelos demais técnicos em seus relatos, acrescido da crítica à pouca formação do professor para trabalhar com este público.

Uma questão fortemente identificada nesta pesquisa é a falta ou a precariedade da comunicação entre as políticas da assistência social e da educação. Tal fato dificulta, sobremaneira, a melhoria e a qualidade da proposta educacional, tanto no âmbito das unidades, quanto da escola. Isto se expressa, também, no isolamento das ações onde direção e técnicos realizam seus planejamentos e planos de ações sozinhos e, por outro lado, direção e professores, também realizam seus planejamentos sozinhos.

Embora sejam os objetivos comuns, em nenhum depoimento dos entrevistados há conhecimento acerca da realização de ações conjuntas. Cada instituição pensa e propõe suas ações de forma isolada.

7. CENÁRIO DE CONQUISTAS E DESAFIOS

As conquistas identificadas no sistema socioeducativo, no Estado do Maranhão, referente à escolarização dos adolescentes privados de liberdade, dizem respeito a:

- Garantia do ensino, através do Centro de Ensino Sete de Setembro, para as 4 unidades de atendimento socioeducativo da FUNAC, em São Luís;
- Empenho e esforço da direção do Centro de Ensino Sete de Setembro em garantir a escolarização dos adolescentes privados de liberdade;
- Funcionamento das unidades, Centro da Juventude Canaã e Centro da Juventude Florescer, em consonância com o caráter educacional proposto pelo ECA, apesar das dificuldades materiais, de gestão⁹ e de infra-estrutura;
- Empenho e esforço, por parte de alguns técnicos, educadores e gestores que abraçaram a causa e lutam em prol do maior e melhor desenvolvimento dos adolescentes envolvidos com ato infracional;
- Inclusão dos adolescentes do regime de semiliberdade na rede educacional e ensino da comunidade, nas escolas mais próximas da unidade.

Essas questões representam significativas e importantes conquistas, porém ainda muito distante do que a normativa vigente preconiza, considerando a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente que em julho de 2011, completou 21 anos e que apenas uma escola em todo o estado está oferecendo, de forma regular, o ensino para esses adolescentes.

Sendo assim, os desafios são grandiosos, posto que o reordenamento institucional exigido pelo ECA não se concretizou com a devida urgência, qual seja, substituir o modelo correcional do Código de Menores, vigente até meados de 1990, para o modelo de responsabilização balizado nos princípios educacionais.

A pesquisa confirma a prevalência do atendimento assistencialista coercitivo em detrimento do educacional, uma vez que a maioria dos adolescentes privados de liberdade encontra-se ainda nesse regime que é o presenciado no Centro da Juventude Esperança. Nesta unidade, os adolescentes ficam a maior parte do tempo nos alojamentos (análogos a celas), e parte deles, quando saem para os atendimentos técnicos ou pedagógicos, são conduzidos com algemas¹⁰, ferindo totalmente as determinações estatutárias.

Embora haja a oferta de escolarização, esta ainda é insuficiente e a educação, no sentido mais amplo, não acontece a contento em todas as unidades. Há significativa diferença de

⁹⁹ Esta questão é muito mais presente no Centro da Juventude Florescer devido às mudanças repentinas e bruscas de coordenações, gerando descontinuidade das ações.

¹⁰ Este fato foi relatado em entrevistas e presenciado pela pesquisadora no ato da pesquisa.

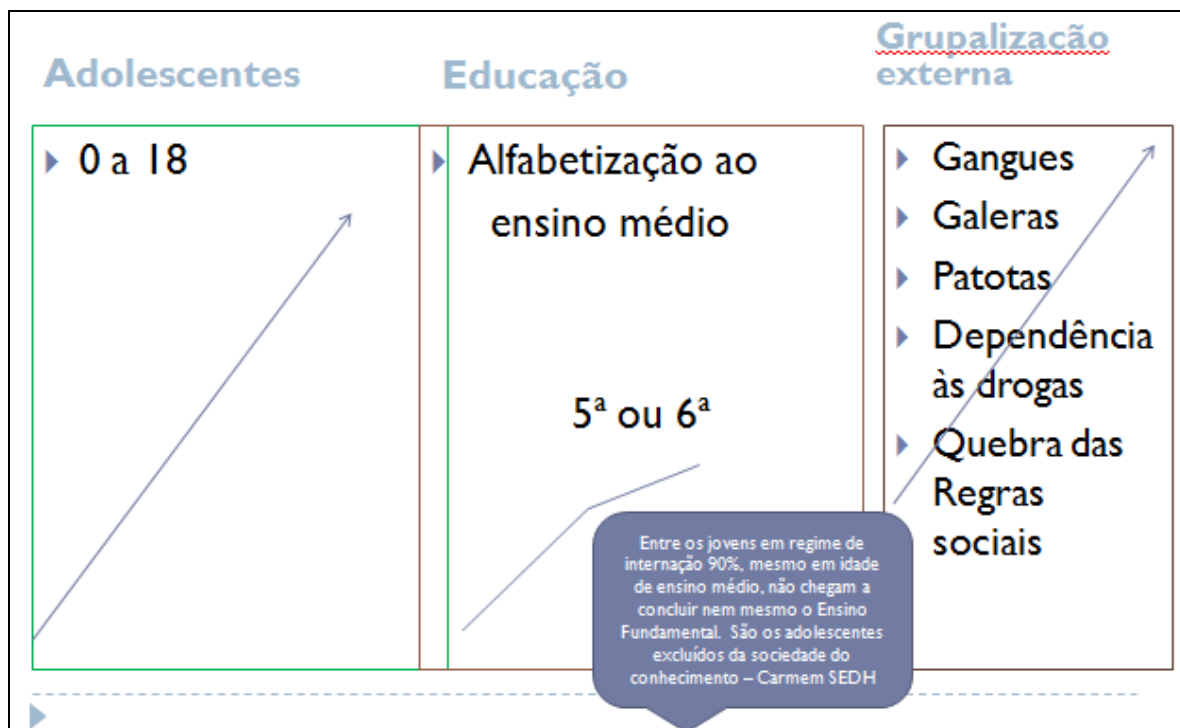
unidade para unidade. O melhor quadro identificado pela pesquisa é o da internação provisória masculina, seguido da internação feminina e da semiliberdade. Por último, vem a internação masculina que ainda opera no tradicional modelo prisional, conforme já explicitado acima.

No âmbito da Secretaria Estadual de Educação, os desafios são ainda maiores, pois os profissionais respectivos demonstraram dificuldades para conceder as entrevistas. Foram várias tentativas e precisou-se entrar em contato com diversos setores, para poder garantir a participação da referida Secretaria na pesquisa. Isto se deu porque não existe nenhuma instância na Secretaria Estadual de Educação voltada para o ensino aos adolescentes privados de liberdade. Nesse sentido, se percebe que a luta e atuação do Centro de Ensino Sete de Setembro se configura um tanto quanto solitária, onerando significativamente a direção da escola e alguns professores, que buscam garantir o ensino nas unidades privativas de liberdade.

Outra questão a considerar por parte da Secretaria Estadual de Educação, diz respeito à inexistência de proposta pedagógica e curricular específica para a escolarização de adolescentes privados de liberdade. Atualmente, o Centro de Ensino Sete de Setembro vem adotando como metodologia a Educação de Jovens e Adultos para o ensino nas unidades de privação de liberdade. No entanto, esta proposta não atende de forma satisfatória a especificidade do sistema socioeducativo e não sofrera nenhuma adequação por parte da Secretaria de Educação. Desse modo, cada professor faz seu trabalho, conforme suas próprias convicções. Estes mesmos professores se ressentem de não terem formação prévia sobre a Educação de Jovens e Adultos nem sobre ato infracional, o que corrobora com a falta de qualificação técnica voltada para o atendimento socioeducativo, bem como para lidar com as inúmeras dificuldades no dia-a-dia do trabalho.

A maioria dos adolescentes que estão em cumprimento de medida socieducativa teve a escolarização interrompida geralmente na 5ª ou 6ª séries e quase sempre isso ocorre na faixa etária correspondente aos 16 ou 17 anos. Tal fato demonstra a grave distorção idade/série, mas por outro lado mostra forte nível de identificação e/ou grupalização social entre os adolescentes, a exemplo de formação de gangues, galeras, entre outros. Este fato indica que não há nenhum comprometimento cognitivo desses adolescentes, ou pelo menos da maioria deles, mas sim um deslocamento da sua interação social do âmbito escolar para outras formas de grupalização e interação, muitas vezes desprovidas de acompanhamento e supervisão por pais ou educadores e que geralmente, passíveis de cometimento do ato infracional, dada a finalidade de tais grupos.

Refletindo a esse respeito, vê-se a ocorrência de uma estagnação escolar na trajetória de vida desses adolescentes por volta da 5ª série, momento em que geralmente acontece seu desligamento ou afastamento do projeto educacional. Assim, a figura abaixo tem a pretensão de ilustrar comparativamente a estagnação do processo educacional desses adolescentes em relação ao seu desenvolvimento físico e social.



Convém ressaltar ser este o período de início da adolescência, fase em que o sujeito começa a tomar suas primeiras decisões e começam também as divergências com genitores e educadores.

Diante de tudo isto, ficam alguns questionamentos: por que o desenvolvimento educacional não acompanha o desenvolvimento biopsicossocial desses adolescentes? Que escola é essa em que alguns adolescentes não desenvolvem sentimentos de pertença, nem possibilidade de projeto de vida? Como ter eficiência no atendimento socioeducativo, bem como no ingresso desses adolescentes na escola após o cumprimento de medida sem que haja uma proposta educacional voltada para as necessidades desse público? Como despertar nas crianças e adolescentes maior interesse e preferência pela escola?

Por fim, ressaltamos que de acordo com a legislação brasileira, a escolarização de adolescentes privados de liberdade é um direito, mas ainda precisa ser conquistada. É imprescindível que sejam implantadas metodologias mais atrativas, com conteúdos reais e significativos para os adolescentes e que os profissionais estejam mais motivados e capacitados para este fim.

Frente a tais questões fazem-se necessárias as seguintes recomendações com vista à superação das lacunas identificadas pela pesquisa e corroboradas no seminário com as instâncias do sistema de garantia de direitos que debateu e refletiu conjuntamente com os gestores, professores, técnicos e monitores:

- 1) Que a Secretaria Estadual de Educação crie uma coordenação específica para a política de escolarização de adolescentes privados de liberdade;
- 2) Que a FUNAC transforme o Centro da Juventude Esperança em uma instituição com escopo educacional e possibilidade de aulas diárias para a totalidade dos adolescentes internos;

- 3) Que o governo estadual realize concurso público com a efetivação de cargos e salários, tanto para professores quanto para os técnicos e educadores com a atuação no sistema socioeducativo;
- 4) Que as unidades socioeducativas sejam dotadas de condições físicas e materiais para a escolarização, inclusive com a adoção de livros e uniformes escolares para cada adolescente a exemplo da internação provisória masculina;
- 5) Que as unidades sejam atendidas não somente pelo Centro de Ensino Sete de Setembro, mas também por outras escolas mais próximas das unidades quando estas representarem maior e melhores condições para a parceria entre a Educação e a Assistência, e por último;
- 6) Que seja definido, o mais breve possível, os parâmetros e propostas para a escolarização de adolescentes privados de liberdade.

ANEXOS

ANEXO 1 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FUNAC

1. Existe ou existiu nesse período proposta de orientação vocacional/profissional?

2. Existe ou não interação e integração das ações escolares com as demais informações educacionais das unidades?. Em caso afirmativo de que forma ocorre essa interação?

3. Qual o grau de satisfação e de segurança dos professores e alunos com o espaço de trabalho/convivência? Isto existe?

4. Você acredita nesse trabalho feito com esses/essas adolescentes? Dê exemplos.

5. Como se dá a relação professor aluno

6. De que forma você percebe a aprendizagem dos alunos

7. De que forma você avalia o ensino repassado em cada disciplina?

8. Como você avalia a bagagem trazida pelos alunos

9. Como se dá a inserção dos adolescentes na escola

10. Você percebe algum déficit de aprendizagem ou de atenção por parte dos alunos? Em caso afirmativo descrever.

11. Como a escola e a FUNAC tem lidado com os casos que apresentam déficit ou transtornos?

12. Que tipo de formação/capacitação os professores receberam antes de iniciar o trabalho com adolescentes envolvidos com ato infracional e durante o trabalho.

13. Em caso de identificação de violência e violação de direitos dos adolescentes o que a escola tem feito no sentido de defender essas pessoas?

São Luís, ____/____/____

Assinatura pesquisadora

Entrevistado: _____

ANEXO 2 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E DO CENTRO DE ENSINO SETE DE SETEMBRO

1. De que forma se dá a relação da escola com a FUNAC (explicitar essa relação tanto no âmbito da sede quanto das unidades onde a escola 7 de setembro disponibiliza o ensino)
2. Como se dá a inserção dos adolescentes na escola?
3. Qual o método de ensino adotado pela Escola 7 de Setembro no trabalho com os/as adolescentes privados de liberdade
4. Existe uma proposta político-pedagógica direcionada para os adolescentes privados de liberdade?
5. Como a política de educação tem debatido e se preparado para atuar com esse público (adolescentes privados de liberdade)?
6. A proposta atualmente em execução ela vem de um direcionamento da Secretaria Estadual de Educação algo que se restringe à Escola 7 de Setembro? (em caso afirmativo do direcionamento, está ligado a que superintendência ou setor)?
7. Existe ou não interação e integração das ações escolares com as demais ações educacionais das unidades?. Em caso afirmativo de que forma ocorre essa interação? (Há algum planejamento conjunto? Tem havido iniciativa da educação de chamar a FUNAC para discutir estratégias conjuntas com esses adolescentes)?
8. Qual o grau de satisfação e de segurança dos professores e alunos com o espaço de trabalho/convivência? Isto existe?
9. Você acredita nesse trabalho feito com esses/essas adolescentes? Dê exemplos.
10. Como se dá a relação professor aluno
11. De que forma você percebe a aprendizagem dos alunos
12. De que forma você avalia o ensino repassado em cada disciplina (ou em sua disciplina)?
13. Como está sendo implementado o ensino da história afro-brasileira e indígena para esses adolescentes? (Lei 10.639/03 e 11.645/08).
14. Como você avalia a bagagem trazida pelos alunos
15. Existe ou existiu nesse período proposta de orientação vocacional/profissional?
16. (Os professores e técnicos) Você percebe algum déficit de aprendizagem ou de atenção por parte dos alunos? Em caso afirmativo descrever.
17. Como a escola e a FUNAC tem lidado com os casos que apresentam déficit ou transtornos?
18. (Às direções) Que tipo de formação/capacitação os professores receberam antes de iniciar o trabalho com adolescentes envolvidos com ato infracional e durante o trabalho.
19. Em caso de identificação de violência e violação de direitos dos adolescentes o que a escola tem feito no sentido de defender essas pessoas?
20. Existe diferença na oferta do ensino e na relação de trabalho entre uma unidade e outras? Qual? (descrever detalhadamente a situação por cada unidade e a diferença de gênero também).

21. Quem tem disponibilizado material pedagógico, merenda escolar, recursos áudio visual e tecnológico para as atividades educacionais com esses adolescentes? A educação ou a FUNAC?
22. Relate as principais dificuldades encontradas durante esse período de 20 anos nesse trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

São Luís, ____/____/____

Assinatura pesquisadora

Entrevistado: _____

**ANEXO 3 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM ADOLESCENTES DAS UNIDADES PRIVATIVAS DE
LIBERDADE DA FUNC11**

1. Como você se sente estando aqui nesta unidade?

2. Qual é o momento mais gratificante e o mais difícil que você sente dentro desta unidade?

3. Qual a atividade que você mais gosta de participar?

4. Como você avalia o estudo oferecido nesta unidade? E o que você tem a dizer sobre a escola sete de setembro?

5. Como você é tratado em sala de aula pelos professores? Alguma vez você teve algum problema?

6. Como você avalia sua aprendizagem aqui dentro da unidade?

7. Você sente alguma dificuldade em aprender? (isso ocorre em alguma disciplina em específico?)

8. Como é o ensino repassado por cada professor/ cada disciplina?

9. Na sua trajetória estudantil o que você tem achado da escola?

10. O que você quer pra sua vida daqui pra frente? Qual o seu desejo em termos de trabalho, família, relacionamento, filhos, etc?

São Luís, ____/____/____

Assinatura pesquisadora

¹¹ Ressalta que esta entrevista foi em grupo de acordo com cada unidade

ANEXO 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE PARTICIPAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE PARTICIPAÇÃO

Eu, R.G. fui esclarecido(a) sobre a pesquisa intitulada **“Observatório Criança: um olhar sobre a política educacional voltada a adolescentes envolvidos com ato infracional”** que tem como objetivo avaliar a proposta de ensino/aprendizagem a esses adolescentes e fomentar a implementação de ações direcionadas e específicas a esse público considerando a sua peculiaridade etária e social.

Declaro que aceito participar da pesquisa, respondendo aos quesitos solicitados. Fui informado que a pesquisa não oferece risco à minha integridade física e autorizo a publicação dos resultados, na qual será mantido sigilo sobre meus dados pessoais.

A responsabilidade da pesquisa é do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente PE. Marcos Passerini, que pode ser contatados pelo telefone 3231-8205, para esclarecimento de qualquer dúvida.

São Luís, de de

.....
Assinatura do(s) responsável(s) pela pesquisa

.....
Assinatura do sujeito da pesquisa ou do responsável
Endereço:
Rua. n°
Bairro: Município:
CEP:
Telefone:

ANEXO 5 - OFÍCIOS EXPEDIDOS

Ofício Circular/2010

São Luís, 25 de outubro de 2010.

Senhores (as)

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente PE. Marcos Passerini, entidade sem fins lucrativos, de interesse público, com atuação na área da defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente no estado do Maranhão, em parceria com O FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, está realizando uma pesquisa no âmbito da oferta e qualidade do ensino público voltado para os/as adolescentes em cumprimento de medida Socioeducativas privativa e restritiva de liberdade.

A referida pesquisa tem por objetivo avaliar a proposta de ensino/aprendizagem a esses adolescentes e fomentar a implementação de ações direcionadas e específicas a esse público considerando a sua peculiaridade etária e social.

Diante do acima exposto, e do vosso compromisso com o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, solicitamos de vossa senhoria autorização e permissão para que nossas pesquisadoras acessem documentações (relatórios, PPP, PIA, publicações, grade curricular, entre outros), entrevistem diretores, professores, educadores e os/as adolescentes.

Atenciosamente,

Maria Ribeiro da Conceição
Coordenadora

ANEXO 6 - CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos **Nelma Pereira da Silva**, psicóloga, portadora do RG 72.450.297-4 SSP/MA e CIC 405.636.343-91, residente e domiciliada nesta cidade, como pesquisadora da Pesquisa “Observatório Criança: um olhar sobre a política educacional voltada a adolescentes envolvidos com ato infracional” realizada em parceria com o Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Assim, contamos com a vossa colaboração no fornecimento de informações e acesso aos dados pertinentes ao desenvolvimento da referida pesquisa bem como nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Luís, 25 de outubro de 2010.

Maria Ribeiro da Conceição
Coordenadora

ANEXO 7 - CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos **Elisângela Correia Cardoso**, pedagoga, portadora do RG 45968595-3 SSP/MA e CIC 476.063.043-00, residente e domiciliada nesta cidade, como pesquisadora da Pesquisa “Observatório Criança: um olhar sobre a política educacional voltada a adolescentes envolvidos com ato infracional” realizada em parceria com o Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Assim, contamos com a vossa colaboração no fornecimento de informações e acesso aos dados pertinentes ao desenvolvimento da referida pesquisa, bem como nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Luís, 25 de outubro de 2010.

Maria Ribeiro da Conceição
Coordenadora

ANEXO 8 - DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS PESQUISADOS E ANALISADOS PELA EQUIPE

Centro da Juventude Canaã

Planejamento de 2007
Planejamento Estratégico da Gestão 2007 a 2010 (Atualização de 2009) (FUNAC como um todo)
Plano de Ação 2009
Cronograma anual de atividades de 2009
Cronograma de atividade trimestral (outubro a dezembro de 2009)
Plano de Ação 2010
Cronograma Anual de Atividades 2010
Diretrizes para o Atendimento das Medidas Socioeducativas: Projeto Político Pedagógico (construído em 2008)
Projeto político pedagógico da unidade construído enquanto exercício do curso de formação da UFMA em 2010 (seguindo as diretrizes do atendimento socioeducativo da FUNAC)
Relatório de Atividades de 2006 a 2010
Jornal Canaã – ano III, Ed. 37, Julho de 2010.

Centro da Juventude Esperança

Plano de Ação - 2010
Regimento Interno
Diretrizes para atendimento das medidas socioeducativas - projeto político pedagógico
Quadro descritivo - situação dos adolescentes de 2005 a 2009

Centro da Juventude Nova Jerusalém

Proposta pedagógica
Plano de ação 2010
Perfil dos professores
Plano de Carreira do servidor da FUNAC
Relatórios Anuais (2005 s 2009)

Centro da Juventude Florescer

Relatórios Anuais (1997 a 2009)
Planos de Ação

Secretaria Estadual de Educação e Centro de Ensino Sete de Setembro

Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos (2007)
Parecer nº 002/2007 do Conselho Estadual de Educação do Maranhão.
Ficha de Matrícula de Aluno.
Declaração de Aluno.
Relação dos Adolescentes Matriculados em 2010 do Centro da Juventude Nova Jerusalém - São Cristovão.

ANEXO 9 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DO SEMINÁRIO FINAL DO PROJETO



